



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – FAJS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

YASMIN MAÍRA SILVA GOUVEIA

**A cooperação dos Estados na luta contra as epidemias: O caso do surto de Cólera
emergente no Haiti em 2010**

BRASÍLIA

2015

YASMIN MAÍRA SILVA GOUVEIA

**A cooperação dos Estados na luta contra as epidemias: O caso do surto de Cólera
emergente no Haiti em 2010**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de Bacharelado em
Relações Internacionais pela Faculdade de
Ciências Jurídicas e Sociais/ FAJS - UniCEUB.
Orientador: Prof. Cláudio Tadeu Cardoso
Fernandes

BRASÍLIA

2015

YASMIN MAÍRA SILVA GOUVEIA

**A cooperação dos Estados na luta contra as epidemias: O caso do surto de Cólera
emergente no Haiti em 2010**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de Bacharelado em
Relações Internacionais pela Faculdade de
Ciências Jurídicas e Sociais/ FAJS - UniCEUB.
Orientador: Prof. Cláudio Tadeu Cardoso
Fernandes

Brasília, _____ de _____ de 2015.

Banca Examinadora

Professor Orientador

Professor Examinador

Professor Examinador

Agradecimento

Agradeço a Deus minha essência,
a minha mãe, minha irmã, meu padrasto e meu pai pelo apoio incondicional.
Aos professores e ao meu orientador pelo conhecimento transmitido.

Epígrafe

Só existem dois dias no ano que nada pode ser feito. Um se chama ontem e o outro se chama amanhã, portanto hoje é o dia certo para amar, acreditar, fazer e principalmente viver.

Dalai Lama

RESUMO

A pesquisa realizada nesse trabalho retrata os aspectos que definiram a cooperação dos Estados na luta contra a epidemia de cólera no Haiti em 2010. Desde o surgimento da humanidade existem doenças infecciosas, e a forma com que o homem as combatia foi gradualmente sendo estabelecida de acordo com as experiências e conhecimentos adquiridos. Epidemias passaram a ser tema de relevância internacional quando foi perceptível que um vírus poderia matar um grande número de pessoas de uma sociedade não se limitando às fronteiras de um país. Assim, a partir de conferências internacionais, os Estados foram definindo estratégias para atuarem frente às epidemias. Com base no entendimento sobre o significado prático da cooperação, inúmeros atores realizaram várias atividades solidárias no Haiti, especialmente após o terremoto no mês de janeiro. O país com características de Estado Falido viu a mobilização de vários atores para alcançar um bem comum, atitude que a corrente realista não foi suficiente para explicar, tendo em vista que os personagens participantes não se limitaram apenas aos Estados, mas abrangeram tanto as organizações internacionais quanto a sociedade civil. A Cooperação Internacional em 2010 no Haiti foi ampla e até mesmo complexa, já que houve inúmeros envolvidos na causa. Ela aconteceu nos sentidos Norte-Sul e Sul-Sul nos âmbitos bilateral, trilateral e multilateral. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo ressaltar as formas de cooperação que atuaram no Haiti para lutar contra o surto de cólera emergente a partir de outubro de 2010, e como elas beneficiaram o país.

Palavras-chave: Epidemias. Cooperação. Estados Falidos. Haiti.

ABSTRACT

The research conducted in this work portrays aspects that defined the cooperation of States in the fight against Haiti cholera outbreak in 2010. Infectious diseases have existed for as long as mankind and according to the experiences and lessons learned, man gradually won the diseases. The epidemic has become internationally relevant when it was apparent that a virus could kill large numbers of people in a society and not be confined to borders. In international conferences, the States were defining strategies to act ahead of epidemics. Based on the understanding of the practical significance of cooperation, numerous actors held several solidarity activities in Haiti especially after the earthquake in January. The country with Failed State features saw the mobilization of several actors to achieve a common good action that realistic current was not enough to explain, as well as participants' characters that were not limited only to States, but international organizations and civil society too. International Cooperation in Haiti in 2010 was extensive and even complex, since there were many involved in the cause, It was in the North-South and South-South directions in bilateral, trilateral, multilateral levels. In this direction, this work aims to highlight the forms of cooperation that served in Haiti to fight the emerging outbreak of cholera since October 2010, and as how they benefited to the country.

Key words: Epidemics. Cooperation. Failed States. Haiti.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CI – Cooperação Internacional

CICV – Comitê Internacional da Cruz Vermelha

CNS – Cooperação Norte-Sul

CSS – Cooperação Sul-Sul

CT – Cooperação Trilateral

FMI – Fundo Monetário Internacional

MINUSTAH – Mission des Nation Unies Pour La Stabilisation em Haiti

OI – Organização Internacional

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

RI – Relações Internacionais

RSI – Regulamento Sanitário Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E O SISTEMA INTERNACIONAL	13
1.1 Surto Epidêmicos como temática das Relações Internacionais	14
1.2 Conceitos básicos da Cooperação Internacional	17
1.3 As epidemias e a Cooperação Internacional	21
1.3.1 Epidemia de cólera na Europa no século XIX.....	22
1.4 O Humanitarismo na Cooperação Internacional	25
2. ESTADOS FALIDOS E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	29
2.1 O Haiti: Características históricas e geográficas	31
2.2 Cooperação Internacional no Haiti: MINUSTAH	36
2.3 Estados Falidos: O caso do Haiti	39
3. MODALIDADES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO HAITI EM 2010	41
3.1 Cooperação Norte – Sul	46
3.1.1 Cooperação Norte – Sul no Haiti contra o surto de cólera	47
3.2 Cooperação Sul-sul	50
3.2.1 Cooperação Sul- Sul no Haiti contra o surto de cólera	51
CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	57

INTRODUÇÃO

O surgimento de um surto epidêmico mobiliza inúmeras partes da estrutura de um Estado, promovendo ações do nível governamental ao nível da sociedade civil. São realizadas inúmeras ações preventivas com a finalidade de acabar com o surto, essas ações estão condicionadas à estrutura local, de maneira que esta pode facilitar ou dificultar a erradicação de um determinado vírus.

O Estado é uma organização de poder, que em sua formação conta com fatores básicos como soberania, território, e um povo que habite e goze ao máximo o bem-estar, tendo oportunidades de serviços básicos como escolas, unidades de saúde, elementos jurídicos definidos, e aspectos sociais e culturais bem estabelecidos. Considerando que cada setor possui uma movimentação conectada e continua.

A história mundial é repleta de evoluções no comportamento dos seres humanos movidos pelo instinto de sobrevivência e pelo egoísmo. A busca do homem em aumentar seu poder teve forte impacto e desafiou sua existência. Há casos históricos como o surto de cólera que, especificamente na Inglaterra (1850), mostrou ser fatal para a sociedade, e cerca de quase 156 anos depois, ainda persiste com a mesma capacidade atingindo sociedades despreparadas como o Haiti (2010).

O Estado para ser um líder soberano necessita estabelecer um conjunto de ações que organize o povo e os serviços prestados. Os Estados denominados falidos não possuem capacidade para concentrar o poder político e exercer sua autoridade, de maneira que necessitam de intervenções para apoiar a prestação de suas atividades. As intervenções a esses Estados podem ser caracterizadas como Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), o que leva a motivação para acreditar que os Estados podem agir pelo dever ético e moral. Num primeiro momento é o que a prática da Cooperação Internacional parece representar, mas o que se pode compreender a partir da definição dada por Keohane, apresentada no primeiro capítulo, é que até mesmo essa prática são estratégias de ação dos Estados. Ela acontece das interações entre Estados, Organizações Civis, Empresas Internacionais e indivíduos.

A história das Relações Internacionais (RI) é repleta de fatos marcantes que revolucionaram a ordem mundial. O mundo baseado na corrente teórica realista, coloca o Estado na posição de único ator relevante no sistema internacional (SI), e a segurança como o tema de maior preocupação entre eles. Nesse escopo, a partir de acordos realizados entre os

Estados, surgem as Organizações Internacionais (OI's), produzindo então um choque com a visão predominante do realismo. E assim, em contraposição ao realismo, e buscando explicar essa nova realidade internacional, a corrente teórica idealista defende o papel das OI's como fundamentais para efetivação das atividades cooperativas dos Estados. Elas intermediam a cooperação por meio de regimes com o fim de produzir mais confiança aos Estados.

Observar a movimentação mundial, quando o surto de cólera surgiu em Londres no ano de 1854, é diferente da movimentação mais intensa dos atores quando o surto emergiu no Haiti em 2010. Diferentemente dos anos 1850, no Haiti a presença das Organizações Internacionais foi fundamental para o controle do vírus.

Com base nessa distinção temporal, esta pesquisa colocará em evidência a cooperação dos Estados na luta contra as epidemias baseada nas condições dos haitianos, fator fundamental para compreender a definição dos projetos desenvolvidos para eliminar o surto, já que o Haiti é carente em estrutura, mesmo após ter conquistado sua independência. Dentro dessas condições, o Haiti acaba fazendo parte do grupo de Estados Falidos, que além de ter danos materiais, ainda é sujeito a catástrofes naturais.

Com um cenário internacional bem mais evoluído na distribuição de poder, as relações entre os agentes internacionais, os regimes criados, e os pontos de interesse, definiram os aspectos da cooperação internacional na luta contra o surto de cólera no Haiti em 2010. Nesse sentido, o trabalho apresenta os atores que estiveram mais envolvidos nesse objetivo.

Projetos cooperativos surgiram de todo o mundo, inicialmente para a reconstrução do país, que ficou destruído com o terremoto que aconteceu em janeiro de 2010, e para acabar com o surto de cólera, emergente a partir de outubro. No ano de 2010, inúmeras organizações, Estados e sociedades civis estiveram no país para prestar ajudas humanitárias. E com base nas experiências desses outros atores, o Haiti está repleto de diferentes projetos que visam também, promover seu desenvolvimento.

Quando o surto de cólera surgiu no país, ele já contava com diversas formas de cooperação, diante disso, os esforços apenas aumentaram. Houve cooperações no âmbito bilateral (horizontal), trilateral e multilateral. A dinâmica cooperativa foi efetiva tanto sendo Norte-Sul como Sul-Sul. Cada tipo, com atenção específica para um aspecto do país, contribuindo para consolidação de estratégias e cooperando com o governo do Haiti.

Compreendendo melhor as formas de cooperação, tem-se o objetivo de investigar os documentos que regeram os acordos, os princípios que foram básicos para os países do Norte fazerem os intercâmbios de mão de obra, investimentos financeiros, entre outras ajudas para contribuir com o Haiti, assim como também, os Estados do Sul que em condições mais

similares, realizaram mais intimamente ajudas para fortalecer, por exemplo, as estruturas de saúde do país.

O presente trabalho está dividido em três capítulos que delimitam a forma de cooperação realizada no Haiti. O primeiro capítulo apresenta o conceito de Cooperação Internacional (CI), os atores envolvidos nesse processo e as convenções que moldaram as práticas de prevenção contra surtos epidêmicos. No segundo capítulo, será utilizado o Estado do Haiti para exemplificar o processo de cooperação contra um surto, levando em conta sua condição de Estado falido e seu estado frágil predominante desde os anos 90, sendo assim alvo de projetos cooperacionais desenvolvimentistas da ONU. O terceiro capítulo, apresenta as modalidades de cooperação que existiram em 2010 no país, as organizações, as formas de investimentos, a distinção na eficácia da cooperação Norte-Sul e Sul-Sul, e os destaques que os principais envolvidos tiveram nessa movimentação. Analisando a postura do governo e do povo haitiano diante dos projetos de cooperação.

A metodologia utilizada nesse trabalho é o estudo de caso, onde se investigará os aspectos que definiram a cooperação no Haiti com o surgimento do surto de cólera, meses após o país ser atingido por um terremoto. Nesse sentido, o trabalho busca demonstrar como a cooperação pode ser benéfica, não só para o Estado afetado singularmente, mas para todos os países do globo terrestre, dada a grande interdependência hoje predominante no cenário internacional.

1. A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E O SISTEMA INTERNACIONAL

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, iniciada com o fim da Primeira Guerra Mundial, tem gerado debates entre as teorias de Relações Internacionais (RI), pela ideia inicial de que os Estados se relacionam apenas em busca do seu próprio benefício, inclusive quando se caracterizam por ações humanitárias. O que as teorias realista e liberal não discordam é o fato de que os Estados cooperam para se beneficiar, baseados em interesses egoístas, mesmo em questões que não envolvam simplesmente com fins para alcançar a paz e evitar a guerra.

Iniciando a compreensão sobre o conceito de Cooperação Internacional (CI), Robert Keohane apresenta essa prática como sendo “um processo de coordenação de políticas por meio do qual os atores (no caso os Estados) ajustam seu comportamento às preferências reais ou esperadas dos outros atores”¹. A cooperação surge nas bases da natural busca dos Estados pelo poder, mas, de acordo com o autor, também agem para o exercício de outras atividades benéficas para a comunidade.

Keohane, ao abordar a prática da cooperação, aceita e contesta algumas premissas neorrealistas. Ele aceita que os Estados são egoístas racionais, mas argumenta que a busca pelo auto-interesse pode levar a cooperação; contesta a alegação de que a cooperação só acontece quando imposta por um poder militar dominante ou hegemônico, alegação que não se sustenta diante dos fatos, já que a CI não diminuiu com o declínio da hegemonia dos EUA na década de 1970. A principal razão para cooperar, segundo ele, foi a criação dos “regimes internacionais”, como por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT).²

Conforme abordagem de Keohane, para efetivar a cooperação os Estados precisam compartilhar seus interesses. A partir do compartilhamento dos interesses entre os Estados, permite-se que sejam realizadas cooperações, por exemplo, para lutar contra epidemias emergentes, consequência, muitas vezes, do comportamento irracional do ser humano para alcançar o desenvolvimento a qualquer custo, causando assim um desequilíbrio ao meio natural.

¹ KEOHANE, R. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the world Political Economy*. New Jersey: Princeton University Press. 1984. *Apud*= RAMOS, Bárbara Oliveira. A cooperação internacional e os debates teóricos: Um estudo de caso sobre a atuação da Agência Norte-Americana para desenvolvimento internacional (USAID) no Brasil. 2006. p 12. Disponível em: <file:///C:/Users/teste/Documents/Dissert%20de%20Mestrado%20Final.pdf>. Acesso em: Jun. 2015.

² KEOHANE, R. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the world Political Economy*. New Jersey: Princeton University Press. 1984.

O presente capítulo irá abordar a entrada de temas importantes no plano internacional, como a proteção ao meio natural, a relevância de cooperar pela existência de uma epidemia, o conceito de cooperação, os atores participantes, quando se iniciou essa ideia de epidemia e a experiência dos profissionais para acabar com o surto de cólera na Inglaterra no século XIX, bem como a dicotomia na ideia da ajuda humanitária e interesses egoístas.

1.1 Surto Epidêmico como temática das Relações Internacionais

Durante muito tempo a segurança era o principal foco nas RI, com base no entendimento de que a guerra destruíra agilmente cidades, impérios, fortes estruturas governamentais, e provava o poder de um Estado sobre o outro. Questões como o meio ambiente, direitos para os mais fracos, e acordos para desenvolver um país subdesenvolvido foram gradativamente ganhando espaço nas discussões internacionais. As ideias defendidas, relacionadas com essas temáticas, se chocavam com o modelo já estabelecido, impulsionando cada um desses temas a serem introduzidos na agenda internacional.

O interesse dos Estados em se desenvolver a qualquer custo gerou inúmeras consequências. Assim, a retirada excessiva de elementos da natureza desequilibrou o meio natural, especialmente durante a Revolução Industrial iniciada a partir do século XVIII, tendo em vista que, as máquinas utilizadas para aumentar a produção ocasionaram grandes desastres naturais. Um exemplo foi a Inglaterra, que deu um salto nas produções e invenções de diferentes máquinas, atraindo inúmeras pessoas, e posteriormente sendo surpreendida com várias doenças, dentre entre elas, o vírus da cólera.

Mudanças profundas também são causadas pelo aumento da população mundial, os governos precisam acolher o povo, lhes proporcionar o básico para o melhor estilo de vida, dentre estes, as moradias. As construções de novas cidades em todo o mundo exigiam novas maneiras de lidar com os excessos descartados pelas pessoas, sendo necessário proporcionar atendimento higiênico para todos. E então, o fator do saneamento básico se tornou fundamental.

Os governos dando maior atenção aos fenômenos epidêmicos, que de acordo com a medicina hipocrática é “o desequilíbrio de uma harmonia da natureza, apreendida como totalidade”³, procuram ter o controle sob eles, e para isso precisaram conhecer mais uns dos

³ CZERESNIA, D. Constituição epidêmica: velho e novo nas teorias e práticas da epidemiologia. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. VIII(2): 341-56, jul.-ago. 2001. Disponível em: <

outros, e compartilhar experiências. A preocupação passa a estar no contexto de onde uma empresa foi construída, por exemplo, se foi no Oriente Médio, o Estado deve buscar entender o contexto em que Oriente Médio está, para se beneficiar com o que espera. Cada um passa a compreender onde o outro está para desenvolver um projeto, um passa a depender do conhecimento que o outro possui, fortalecendo assim, o conceito da interdependência. De acordo com Nye, a corrente liberal,

[...] às vezes sustenta que a interdependência significa paz e cooperação, mas infelizmente não é assim tão simples. As lutas pelo poder continuam até mesmo em um mundo de interdependência. Uma vez que as coalizões são mais complexas e diferentes formas de poder são usadas, os conflitos geralmente são como jogar xadrez em diversos tabuleiros ao mesmo tempo.⁴

Mesmo que os Estados continuem na busca pelo poder, os resultados de suas interações não acontecem sempre com um deles tendo que perder, como no caso do resultado da teoria de soma zero. Isso necessariamente não existe, o que temos são resultados diferentes de zero, os resultados são positivos ou negativos. Os jogos de resultado negativo são onde os dois perdem, exemplo disso é a realidade do conflito militar, onde as nações envolvidas não obtêm benefício prático. No resultado positivo, ambos ganham possibilitando a cooperação, mesmo que os ganhos não sejam iguais.

A cooperação pode acontecer em vários temas e modalidades, com conceitos e discussões que levantam vários debates entre as teorias de RI. Os problemas econômicos, de acordo com estudiosos, dominariam a política mundial, especialmente com o fim da Guerra Fria. Mas, como evolução mundial não parou mais, os Estados ganharam níveis elevados na comunicação, informação e tecnologias de transporte que também passaram a ser temas preponderantes, pela reflexão do que esses avanços poderiam causar. De acordo com Nye,

A varíola levou praticamente três milênios para se espalhar por todos os continentes habitados, chegando finalmente à Austrália em meados de 1975. A AIDS levou menos de três décadas para se espalhar da África por todo o mundo. E falando em vírus metafórico, em 2000 um vírus de computador “bug do amor”, inventado por hackers nas Filipinas, precisou de apenas três dias para se disseminar por todo o mundo. De três milênios para três décadas e para três dias: essa é a medida da rapidez da globalização.⁵

Com os países tão ligados, é possível ver que a consequência da ação de um, passa a afetar os outros, mesmo que esses outros não estejam envolvidos diretamente em sua ação. E a

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: Jun. 2015.

⁴ NYE, Joseph S. Junior. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. Editora Gente. 2009. p. 250.

⁵Ibidem. p.248.

velocidade da consequência é rápida, indo além de questões econômicas, atingindo também o escopo político, cultural e de saúde pública.

As RI contam com a forte mobilização de indivíduos no meio internacional. A potencialidade da migração dissemina o conhecimento, informações, mas também doenças. Sendo assim,

A Globalização não possui apenas um lado, ela tem várias dimensões que tem consequências importantes para a vida cotidiana. A forma mais antiga de globalização é a ambiental como exemplo foi a epidemia de varíola que ocorreu em 1950 no Egito, a praga e peste negra que se originou na Ásia sua disseminação matou um quarto da população da Europa no século XIV e levaram a doença para as Américas e matou 95% da população indígena.⁶

A quantidade de pessoas que carregam um vírus em seu organismo de um país para outro aumentou consideravelmente na década atual. O que antes era possível somente para os ricos, como realizar uma viagem para o exterior, passou a estar ao alcance de outras classes. Partindo disso, a globalização aumentou as oportunidades, e também a incidência transnacional de danos nas mais diferentes áreas. Conforme Nye,

Quando as autoridades governamentais modelam as políticas externas, encontram a crescente intensidade do globalismo – a densidade das redes de interdependências -, o que significa que os efeitos de acontecimentos em uma região geográfica ou a dimensão econômica ou ecológica, podem ter consequências profundas sobre outras regiões geográficas [...]⁷

A interdependência conecta os Estados economicamente, politicamente, e isso leva a uma dependência com certas consequências, de maneira que ambos podem perder se for algo negativo ou ganhar se for positivo. Nesse sentido, a industrialização é presente principalmente em países desenvolvidos, mas seus efeitos afetam profundamente àqueles países que não são desenvolvidos industrialmente, por atingir o meio ambiente, causam danos à saúde de toda população mundial.

O grau de industrialização dos Estados define quais Estados provocam mais danos e que devem ter uma responsabilidade maior perante os desastres naturais. Diante disso, a cooperação também procura estabelecer acordos que diminuam a projeção desses danos. Como exemplo, o Protocolo de Kyoto, acordo para os países diminuírem a emissão de gases poluentes, que causa a chuva ácida. Nesse caso, a sanção determinada aos produtores dos gases é relativa à sua produção.

⁶ NYE, Joseph S. Junior. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. Editora Gente. 2009. p.245.

⁷ *Ibidem*. p. 247

1.2 Conceitos básicos da Cooperação Internacional

As Grandes Guerras foram eventos que marcaram a mudança no cenário internacional. Assim, novas estruturas e comportamentos nasceram dessa dinâmica mundial, Estados tiveram suas soberanias limitadas, a ajuda externa passou a ser mais efetiva em especial para a reconstrução das cidades aniquiladas pelas guerras, acordos entre estados surgiram em meio à luta, e fomentou-se o intercâmbio de investimentos com o intuito de promover o desenvolvimento.

Surgiram outras teorias para além do realismo e idealismo, ampliando assim as perspectivas das RI. Por algum tempo na história, as relações firmadas entre os Estados tinham objetivo de alcançar a segurança. No entanto, como apresentado anteriormente, mais interesses motivaram os Estados a firmarem acordos entre eles.

A cooperação como um método utilizado entre os Estados, conceitua-se diferentemente de alianças. As alianças são compromissos como cumplicidade e reciprocidade, os países se alinham um ao outro; elas acontecem na maioria das vezes quando há conveniência, podendo ser militares, comerciais e políticas, sendo assim, os países buscavam inibir um ataque durante a guerra ou não, obter ganhos próprios e aumentar o seu poder persuasivo. A cooperação é a primeira prerrogativa, no qual os estados se aproximam por meio da diplomacia, transcendem as razões das alianças, promovendo o desenvolvimento aos envolvidos em um acordo, mas não deixando de buscar a obtenção de ganhos próprios. Com base na afirmação dada por Keohane, Sebastian Paulo cita que,

A definição padrão é que a cooperação ocorre quando "atores ajustam seu comportamento às preferências reais ou previstas dos outros" (Axelrod / Keohane 1985: 226). Por isso, a cooperação (internacional) descreve as interações para alcançar objetivos comuns quando as preferências dos atores não são nem idênticas (harmonia), nem irreconciliável (conflito).⁸

Como afirma Keohane, os Estados podem realizar a CI buscando o auto-interesse. Em suas modalidades, a CI abrange as principais necessidades dos Estados receptores, e desempenham as atividades com as Organizações Internacionais (OI) atores fundamentais no processo, a partir

⁸ AXELROD/KEOHANE 1985: 226. *Apud*= PAULO, Sebastian. International cooperation and development: A conceptual overview. Discussion Paper/ Deutsches Institut für Entwicklungspolitik. Disponível em: <http://www.die-gdi.de/uploads/media/DP_Paulo_13.2014.pdf>. Acesso em Jun. 2015. p. 3.

disso, cada ator com um papel na realização da cooperação. Os Estados passam a investir e as Organizações tornam-se fiscalizadoras dos regimes e investimentos aplicados no acordo.⁹

Mesmo com várias evoluções no sistema mundial, persiste a afirmação neorrealista de que os Estados são egoístas racionais e realizam a cooperação em busca de benefício próprio. Nas palavras de Keohane, no entanto, é possível observar os Estados exercendo atividades mutuamente benéficas, como por exemplo no caso do comércio e da proteção do meio ambiente.¹⁰

Utilizando as reflexões baseadas no conceito da cooperação dado acima, o autor apresenta que a cooperação não é um fim, mas um processo, nela os Estados obrigatoriamente não precisam ter harmonia de interesses e nem significa que a discórdia não levaria a cooperação. Os Estados cooperam quando há interesses compartilhados e a discórdia, não necessariamente quando há harmonia de interesses, de forma que com a discórdia é possível acontecer o ajuste de políticas. Se não existe a discórdia, não existiria a cooperação, somente a harmonia.

Ambos envolvidos na cooperação querem sair beneficiados, como na estrutura de *payoffs*, demonstrada na seguinte referência,

[...] Interesses compartilhados existem quando ambos os atores preferem cooperação mútua (CC) à discórdia mútua (DD); mas para que a cooperação seja necessária para se alcançar esses interesses, ambos os atores devem preferir discordar unilateralmente (DC) a cooperar unilateralmente (CD), pois se ambos preferem a discórdia mútua (DD) à cooperação mútua (CC), a cooperação é impossível, e se ambos preferem a cooperação unilateral (CD) à discórdia unilateral (DC) a cooperação é desnecessária, pois ocorre uma harmonia de interesses.¹¹

Examinando da dinâmica da Cooperação Internacional, temos o quadro da obra de Stein que demonstra a prática da cooperação com a interação das escolhas feitas pelos atores A e B, que resultará na cooperação ou não:¹²

⁹ KEOHANE, R. After Hegemony: Cooperation and Discord in the world Political Economy. New Jersey: Princeton University Press. 1984.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ RAMOS, Bárbara Oliveira. A cooperação internacional e os debates teóricos: Um estudo de caso sobre a atuação da Agência Norte-Americana para desenvolvimento internacional (USAID) no Brasil. 2006. p 12. Disponível em: < file:///C:/Users/teste/Documents/Dissert%20de%20Mestrado%20Final.pdf >. Acesso em: Jun. 2015.

¹² STEIN, A. A. 1990. Why nations cooperate: circumstance and choice in international relations. New York; Cornell University Press p. 67. *Apud* = RAMOS, Bárbara Oliveira. A cooperação internacional e os debates teóricos: Um estudo de caso sobre a atuação da Agência Norte-Americana para desenvolvimento internacional (USAID) no Brasil. 2006. P 65. Disponível em: < file:///C:/Users/teste/Documents/Dissert%20de%20Mestrado%20Final.pdf > . Acesso em: Jun. 2015.

		<u>Ator B</u>	
		Coopera (C)	Discorda (D)
<u>Ator A</u>	Coopera (C)	(CC) <i>Cooperação ou compromisso mútuo</i>	(CD) <i>Ator B domina</i>
	Discorda (D)	(DC) <i>Ator A domina</i>	(DD) <i>Discórdia, ausência de cooperação</i>

Fonte: Stein (1990)

Stein observa que os atores possuem alternativas dentro das previsões realistas e liberais, e podem racionalmente optar por cooperar ou discordar. Ou seja, o autor afirma que é incorreto atribuir à visão realista que Estados nunca vão preferir cooperar ou que sempre optarão por cooperar na visão liberal.¹³ Nas palavras de Ramos,

O resultado final da interação não necessariamente reflete o interesse dos atores, quer dizer, a racionalidade individual não necessariamente levará ao resultado desejado por cada um dos atores; assim, deve-se compreender que os atores não optam pelo resultado, mas sim pelas estratégias de ação.¹⁴

A afirmação de um acordo internacional, acontecerá com base nos interesses dos Estados, a partir disso, poderá ocorrer a limitação de sua soberania para o benefício da comunidade, e não necessariamente individual. Assim, cada acordo será regido por um Direito Comum Internacional, de forma que os Estados passam a estar sujeitos a uma lei externa.

As atividades de cooperação resultam na formação de regimes, que são as regras de conduta, que padronizam o comportamento. Os regimes visam, que ambas as partes envolvidas em um acordo sejam beneficiadas. Com eles as Organizações passam a ter um papel mais preponderante dentro desse processo. Diante disso, vale salientar que, a partir da década de 70,

¹³ STEIN, A. A. 1990. Why nations cooperate: circumstance and choice in international relations. New York; Cornell University Press.

¹⁴ RAMOS, Bárbara Oliveira. A cooperação internacional e os debates teóricos: Um estudo de caso sobre a atuação da Agência Norte-Americana para desenvolvimento internacional (USAID) no Brasil. 2006. p 64-65. Disponível em: < file:///C:/Users/teste/Documents/Dissert%20de%20Mestrado%20Final.pdf >. Acesso em: Jun. 2015.

outros personagens além dos Estados surgem atuantes na esfera internacional, a saber, a sociedade civil, grupos sociais, Empresas Multinacionais e Organizações Não-governamentais. Neste cenário, a cooperação internacional passou a ser realizada entre os Estados, e entre OI's e Estados.

Ainda que os Estados sejam os personagens fundamentais nas RI, é possível perceber que as ações desses novos atores também podem influenciar essas relações. Nesse sentido, as organizações têm uma presença com maior relevância no contexto internacional, e não há possibilidade de ignorar o papel delas durante a realização da cooperação.

Com disso, se forma uma discussão entre o paradigma estatocêntrico e os realistas ofensivos, os quais possuem ideias distintas com relação a esses novos atores. Os primeiros têm as instituições como os “braços dos Estados”, elas teriam um papel preponderante e os Estados secundários. Já para os realistas ofensivos as organizações não possuem um papel no cenário internacional. De acordo com Mgonja e Makombe,

As relações internacionais podem ser entendidas como as formas que os países do mundo, grupos de pessoas e até mesmo indivíduos interagem dentro de cada país e afetam um ao outro. Nessa interação são incluídos os governos do mundo, atores não-estatais (OIs, empresas multinacionais, ONGs) e os indivíduos.¹⁵

O ambiente interdependente facilita a relação de cooperação entre os próprios Estados, e entre as OI's e os Estados. A Diplomacia Parlamentar baseada no conceito dado por Mello “pode ser entendida como as negociações que ocorrem no seio das organizações internacionais”¹⁶ sendo justamente um ambiente democrático para os Estados se relacionarem e debaterem. Nessa situação, um Estado com um interesse específico sem apoio de outros é como se estivesse em uma posição individual e corre risco de não conseguir o que almeja. Na Assembleia Geral, a hegemonia dos Estados é extremamente dissolvida, as decisões devem trazer o bem geral e não somente para um Estado. Ou seja, a individualidade não é algo propagado no novo cenário internacional.

A transferência para um mundo interdependente permitiu que a cooperação ganhasse uma forma multilateral, situação preferida por muitos países em desenvolvimento, por se

¹⁵ MGONJA; MAKOMBE - Debating IR and its relevance to the third world. African Journal of Political Science and International Relations Vol. 3(1). 2009. p. 27.

¹⁶ MELLO, C.D. 1992. 2v *apud* NOGUEIRA, Patricia Maria. O conceito de diplomacia parlamentar e seu exercício na Câmara dos Deputados durante a 53ª Legislatura (2007-2010). 2011. p. 5. Disponível em : < http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/edulegislativa/educacao-legislativa-1/posgraduacao/publicacoes/banco-de-projetos/cursos-ip-pl-4a-edicao/projetos-alunos-curso-pl-4a-edicao/PROJETO_TCC_PATRICIA_NOGUEIRA_PL4.pdf >. Acesso em: Jun. 2015.

beneficiarem com o intercâmbio dos investimentos financeiros, e de ações com o intuito de promover o desenvolvimento.

1.3 As epidemias e a Cooperação Internacional

O processo histórico da evolução do ser humano é composto por vários momentos de transição e modificação. Diferentemente dos outros seres vivos que existem na terra, a racionalidade do ser humano fez com que este exercesse o domínio sobre todas as outras criaturas. O ser humano que antes se utilizava das coisas ao seu redor apenas para sobrevivência, passa a dominá-las para obter outros benefícios. “Porém, quando nossos ancestrais desceram das árvores e começaram a caminhar sobre os dois pés, a impressão que se tem é que o cronômetro das alterações destrutivas do meio ambiente foi disparado.”¹⁷. Conforme o ser humano evoluía em estatura e intelectualidade, gerava avanços tecnológicos crescentes.

“Até o início do século XIX, a velocidade dessas alterações ainda era tímida, porém a industrialização dos anos 1800 não deu mais trégua ao meio, e as alterações ecológicas ganharam proporções geométricas.”¹⁸. E seguindo a lógica temporal, o século XX foi o momento em que a agressão ao meio ambiente e as transformações nele marcaram uma velocidade nunca antes vista.

O início da agricultura é visto como um forte fator da degradação ao meio natural, o que antes era feito num processo simples de colheita pela mão do homem, ganhou outras formas que comprometeram o meio ambiente. A agricultura contribuiu na organização das sociedades e povos, não seria mais preciso que o homem fosse nômade, ficaria num local fixo e plantaria o que precisasse. Como cita Ujvari,

Em 1909, o alemão químico Fritz Haber descobriu que o metal ósmio (raro na natureza) catalisava a reação do nitrogênio e hidrogênio, que, em altas temperatura e pressão, reagem para formar a amônia. Estava descoberta a maneira de produzir o fertilizante ideal para aumentar a rentabilidade da agricultura.¹⁹

Com essas mudanças comportamentais dos homens, o crescimento populacional começou a se estabelecer, foi prejudicial na época porque a agricultura foi sendo insuficiente para atender as necessidades da sociedade, pessoas morriam de inanição, além de ficarem suscetíveis às

¹⁷ UJVARI, Stefan Cunha. Meio ambiente e epidemias. Editora Senac. 2004. p.15.

¹⁸ Ibidem. p.15.

¹⁹ UJVARI, Stefan Cunha. Meio ambiente e epidemias. Editora Senac. 2004. p.16.

doenças. As epidemias completavam o ciclo das mortes, reduzindo a velocidade do crescimento populacional. Mas foi encontrada a solução para esses dois fatores que impediam o crescimento populacional. Ao associar as infecções com alguns animais e ao clima, os habitantes começaram a realizar práticas que inibissem o surgimento das doenças infecciosas, isso já no século XX. E assim, o controle sobre as epidemias com a utilização de técnicas e práticas de higienização, e a maior eficiência na prática da agricultura, elevou o nível da quantidade populacional.

O homem deixando a vida nômade e se fixando em determinadas regiões, passou a conviver com seus excrementos próximos aos seus locais de habitação, infectando o solo e também a água consumida. Fazendo surgir as primeiras epidemias diarreicas e os primeiros problemas de saúde pública. Além do contato do homem com os animais, através da domesticação, por exemplo, também estar relacionado com indícios de surgimento de algumas epidemias. Ainda de acordo com Ujvari,

Para muitos estudiosos, essa proximidade dos antigos animais selvagens acabou proporcionando a transferência de vírus e bactérias para o homem. Estes microorganismos dos animais podem ter sofrido mutações e adquirido novas características de adaptação ao ser humano, com o conseqüente surgimento de novas doenças.²⁰

A epidemia da AIDS confirma essa hipótese, já que o vírus é proveniente do macaco. Por muito tempo considerou-se que as doenças infecciosas fossem castigo dos deuses, Hipócrates considerado o pai da medicina, viveu no século em que surgiu a filosofia VIII a.C., e foi quem contribuiu para desvincular essa condição de que as doenças fossem castigo dos deuses, e às associou as alterações da natureza. Ele analisou as doenças infecciosas com base nos excrementos deixados pelos humanos, ou seja, a partir da análise da composição que há no corpo humano, e também das mudanças climáticas. Ainda não se cogitava que o microorganismo pudesse ser o causador das doenças, e foi ficando clara a ideia de que interferir no equilíbrio do meio natural poderia ser um risco para a saúde humana.

1.3.1 Epidemia de cólera na Europa no século XIX

Na Europa a grande migração de pessoas, e a falta de condições para abrigá-las, começou a causar várias doenças respiratórias. “O século XIX foi, assim, o século da tuberculose, da escarlatina, da difteria, e da coqueluche.”²¹ O grande avanço tecnológico na zona urbana atraía muitas pessoas desde os habitantes locais das zonas rurais, quanto dos países ao redor.

²⁰ UJVARI, Stefan Cunha. Meio ambiente e epidemias. Editora Senac. 2004. p.25.

²¹ Ibidem. p 59.

As embarcações que ganhavam cada vez mais velocidade, transportavam todo tipo de pessoas sem conhecer seu estado de saúde, e com isso os ingleses foram surpreendidos pelo surgimento da cólera. “[...] O surgimento de embarcações a vapor e ferrovias, que, pela maior rapidez do transporte, introduziram na Europa o bacilo do Cólera proveniente de suas colônias do Sudeste Asiático, próximo a Índia.”²². A maior migração dos habitantes da Índia hospedeiros do vírus da cólera, e a construção do Canal Suez agilizou a infecção na Europa.

Apesar da grande evolução da Europa, ainda havia outras carências em sua estrutura local. “As águas contaminadas pela ausência de esgoto alastraram o vibrião. Nessa epidemia a França perdeu cerca de 100 mil habitantes, o Reino Unido computou mais de 30 mil mortes.”²³. Os rios estavam infectados, não havia saneamento, fazendo com que a cólera fosse confirmada no continente no início de 1930.

No início da década de 1850 quando o surto de cólera era evidente na Inglaterra, houve a mobilização da sociedade para lutar contra o surto, nesse sentido, um indivíduo chamado John Snow, médico londrino conceituado e anestesista renomado, começou minuciosamente a avaliar o que poderia estar causando o surto. “Snow rastreou os habitantes londrinos doentes e mapeou-os pelas ruas onde viviam e se contaminavam. Logo de início, em 1849, observou que a maioria dos doentes da rua Silver tinham em comum o uso de uma mesma bomba de água.”²⁴. Com base nisso, cogitou que a infecção pudesse estar acontecendo pela contaminação da água, a qual tinha contato com o esgoto. Após ser feita a interdição da bomba os casos começaram a desaparecer. Mas,

Esses trabalhos de Snow eram bem conclusivos: a água que recebia excrementos humanos, inclusive dos portadores de cólera, era responsável por transmitir o vibrião. O homem, porém, ainda nem sabia que as bactérias produziam doenças, e por isso as pesquisas de Snow demoraram a ser aceitas e valorizadas como deviam.²⁵

Nesse período não era claro o conhecimento sobre as doenças, nem de onde surgiam, mas o surto de Cólera permitiu um avanço sobre a temática da saúde no âmbito internacional. Assim, a proteção internacional do direito à saúde obteve seu espaço dentro da gama geral de Proteção Internacional dos Direitos Humanos.

A disseminação do surto de cólera na Europa, e de outras epidemias no mundo, durante o século XIX, criou condições para que se desenvolvessem práticas cooperativas internacionais

²² UJVARI, Stefan Cunha. Meio ambiente e epidemias. Editora Senac. 2004. p 59.

²³ Ibidem. p 59.

²⁴ Ibidem. p.60.

²⁵ Ibidem. p.61

com países vizinhos para impedir a disseminação, “ganhamos todos ou perdemos todos”²⁶. Partindo então da ideia de que a transmissão das doenças não se limitava às fronteiras.

A preocupação em diminuir a infecção vinda de vizinhos fez com que mais e mais os países optassem por haver um Regulamento Sanitário Internacional (RSI), que contribuísse para evitar a contaminação geral. Foi então que em 1851 aconteceu a primeira Conferência Sanitária Internacional em Paris. O principal objetivo da conferência era acabar com o surto de cólera. A partir disso, ocorreram então mais duas conferências em 1892 e em 1896, a última com a finalidade de acabar com a peste. Conforme Gomes,

O primeiro Regulamento Sanitário Internacional, acordo internacional juridicamente vinculante, foi adotado durante a 4ª Assembleia Mundial da Saúde, em 1951, três anos após a entrada em vigor constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS). É considerado o primeiro código internacional de medidas para prevenir a propagação de determinadas enfermidades infecciosas (cólera, peste, febre amarela, varíola, febre recorrente e tifo) e de requisitos sobre notificação de casos e apresentação de informes, assim como a adoção de medidas sanitárias nos pontos de entrada e saída de pessoas e mercadorias nos países.²⁷

O primeiro regulamento precisou sofrer alterações por causa de suas limitações, ainda mais diante das constantes mudanças na área de doenças infecciosas. No ano de 1969, foi estabelecido um novo regulamento que também não atendia por completo às necessidades advindas do surgimento das doenças. As décadas de 1970 e 1980 marcaram o surgimento de novas doenças como HIV/AIDS, ebola, e a volta da cólera. Feitas alterações no regulamento de 1969, sua aplicação foi mais eficaz. Os Estados-Membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) se sujeitaram a se adequar com o que está estabelecido no novo RSI 2005, que sofreu revisão em 1995, estabelecendo condições de saneamento básico e fortalecendo a estrutura de saúde dos países a fim prevenir, ou inibir, a disseminação de doenças.

Durante a epidemia da Influenza A (H1N1), o regulamento de 2005 alcançou seu objetivo, “[...] de facilitar a comunicação e a formulação de um plano de ação após a identificação da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, adiante denominada ESPII[...]”²⁸.

²⁶ GONZALO, Miguel, Mínguez. The new international health regulations 2005 (IHR). *Revista Española de Salud Pública*. Madrid, v.81, n.3. maio/jun. 2007. p.240.

²⁷ GOMES, Carolina B. CASTRO, Larissa de P. Gonzaga e. O Novo Regulamento Sanitário Internacional. *RDisan*, São Paulo v. 13, n. 2, p. 137-155. Jul/Out 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/viewFile/56233/59445>>. Acesso em: mar.2015.

²⁸ KATZ, Rebecca. Use of Revised International Health Regulations during Influenza A (H1N1) Epidemic. *Emerging Infectious Diseases*, Atlanta GA, v 15, n.8, ago. 2009. p 1168.

De acordo com o regulamento, os Estados tinham o prazo de até 2012²⁹ para se adequar, e podiam solicitar ao secretário geral da OMS prorrogação de até dois anos.

Os Estados-Membros que estão em desenvolvimento recebem além de assistência, colaborações por parte da OMS, “notadamente elaborando diretrizes práticas para os sistemas nacionais de saúde. Em 1981, foi adotada uma Estratégia Global para a Saúde para Todos no Ano 2000, processo iniciado em 1977.”³⁰. Essa estratégia teve como participantes os Estados e as OI’s.

Decorrente dessa ação, cada vez mais os Estados foram estabelecendo regulamentos que fossem voltados para o combate de doenças infecciosas. A justificativa de haver cooperação por uma epidemia, passa então a estar incluída até mesmo dentro de ações humanitárias, aspecto que será melhor explanado a seguir.

1.40 Humanitarismo na Cooperação Internacional

Para realizar a cooperação nas RI contemporâneas é imperativo o posicionamento contra o uso da força, ainda mais diante da crescente diferença temática na agenda internacional, bem como, diante das diversas ligações que os Estados possuem. Mesmo com essas transformações, observa-se que o que parece ser uma hierarquia internacional é na verdade a permanente relação de poder.

Conforme apresenta Hisamoto, o humanitarismo surgindo como uma tendência nova nas RI, encontra interpretações de aproximação construtivista. De acordo com essa visão, Lumsdaine explana que, as políticas de ajuda são a expressão da evolução de uma norma entre países ricos e pobres, na qual a ajuda surge como uma resposta às preocupações de ordem humanitária e ética quanto à pobreza mundial.³¹

De acordo com o documento “WFP: Humanitarian Assistance in Conflict and Complex Emergencies”, a ajuda humanitária tem seu contexto baseado em situações de conflitos e

²⁹ GOMES, Carolina B. CASTRO, Larissa de P. Gonzaga e. O Novo Regulamento Sanitário Internacional. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/viewFile/56233/59445>>. Acesso em: Mar.2015.

³⁰ ANDRADE, Camila. Epidemias, Humanização e Tratamento médico. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/34295/epidemias-humanizacao-e-tratamento-medico>>. Acesso em: Mar. 2015.

³¹ HISAMOTO, Bruno Heilton Toledo. A “Estatização” do trabalho humanitário no pós-guerra fria: O “Novo Humanitarismo” e o dilema da cooperação entre humanitários e Estados. Mestrando do Instituto de Relações Internacionais/Universidade de São Paulo (IRI/USP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). 2011.

emergências complexas. Esses conflitos são motivados pela luta de poder e recursos, eles não acontecem por metas mais históricas como a construção do Estado ou o controle estatal sobre os recursos. Nos Estados Falidos a ação de grupo armados justificam a assistência humanitária, mas outras razões como a mudança do clima, também começam a surgir.³²

A presença dos Estados nas ações diretas de ajuda humanitária é vista de forma negativa pela proposta do Humanitarismo Tradicional, mas não invalida o fato de que são eles que atestam o Direito Internacional Humanitário, e que são os financiadores das Agências Humanitárias. “Esse processo se intensificou com o fim da Guerra Fria, a partir da associação neoliberal entre direitos humanos e política internacional, que influenciou a agenda de segurança coletiva e o humanitarismo.”³³. Mesmo com essa evolução para o aspecto humanitário, não existe um regime voltado exclusivamente para questões humanitárias, visto que a motivação para criar regimes internacionais para a proteção humana não é semelhante aos incentivos para realizar a cooperação em outra área.

Compreender a ação dos Estados na área humanitária gera vários conflitos e ambiguidades, já que os princípios do humanitarismo se assemelham aos do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), a saber independência, neutralidade e imparcialidade. Essas ideias definem o humanitarismo tradicional que tem seu foco estritamente na ajuda às vítimas. Mas assim como as várias ideias no mundo das RI, o universo humanitário também é complexo e problemático, e por isso há um novo humanitarismo presente, conhecido como “estatizado”. De acordo com Hisamoto,

Os Estados trazem à arena humanitária um elemento estranho e problemático para o pensamento moderno sobre humanitarismo – a política. Tradicionalmente, o humanitarismo se observa como um universo não político, onde considerações estratégicas sobre política não devem influenciar a atuação dos agentes na entrega da ajuda às vítimas.³⁴

³² World Urbanization Prospects: The 2014 Revision. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. New York, 2014. Population at mid-year. Disponível em: <Acesso em: nov.2014.

³³ HISAMOTO, Bruno Heilton Toledo. A “Estatização” do trabalho humanitário no pós-guerra fria: O “Novo Humanitarismo” e o dilema da cooperação entre humanitários e Estados. Mestrando do Instituto de Relações Internacionais/Universidade de São Paulo (IRI/USP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). 2011. p 2. Disponível em: <file:///C:/Users/teste/Downloads/Coop%20(1).pdf>. Acesso em: Jun. 2015.

³⁴ HISAMOTO, Bruno Heilton Toledo. A “Estatização” do trabalho humanitário no pós-guerra fria: O “Novo Humanitarismo” e o dilema da cooperação entre humanitários e Estados. Mestrando do Instituto de Relações Internacionais/Universidade de São Paulo (IRI/USP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).2011. p 3. Disponível em: <file:///C:/Users/teste/Downloads/Coop%20(1).pdf>. Acesso em: Jun. 2015.

A proposta do novo humanitarismo está nos que veem a oportunidade que ele saia da zona de somente ajudar em momentos de crise e passe a ser um projeto mais amplo, como na reconstrução de populações afetadas por alguma catástrofe. Ele estaria conectado à agenda de Direitos Humanos e Segurança Internacional Coletiva, sendo mais um dos instrumentos de política externa dos estados, o que gera inúmeros conflitos em relação à ideia do humanitarismo nas RI.

Abaixo, o quadro extraído do artigo de André Regis³⁵, demonstra a justificação na realização das intervenções humanitárias, partindo das premissas do realismo puro ao globalismo puro,

<i>Realismo Puro</i>		<i>Comunidade Internacional Contemporânea</i>			<i>Globalismo Puro</i>	
→		→			→	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
O poder faz o direito	Auto-preservação	Consentimento do governo sujeito à intervenção	Colapso da autoridade governamental do Estado sujeito à intervenção	Consenso da Comunidade Internacional	Valores ou princípios universais	Autoridade governamental global

Fonte: REGIS (2007)

Os Estados podem ser contra ou a favor das ações humanitárias. O quadro exemplifica um processo onde inicialmente as intervenções acontecem em bases realistas, pela busca do poder e da segurança, evoluindo para um momento mais presente onde a razão está na falha do exercício da autoridade de um Estado, como acontece com os Estados falidos, até que sejam por valores universais, como no caso da proteção da vida humana, baseada nos Direitos Humanos Internacionais (DHI). Nesse sentido, de acordo com André Regis,

Pode-se verificar que o desejável seria a evolução do atual estágio (4), onde elas somente ocorrem em Estados falidos, pelos constrangimentos próprios da ordem realista anárquica, para um estágio onde as Intervenções seriam garantidas por uma verdadeira autoridade governamental global (7).³⁶

Não há um governo mundial humanitário para promover a cooperação na luta contra epidemias, por isso essa especificidade é aplicada pelos regimes internacionais, acontece como

³⁵ REGIS, André. Intervenções humanitárias: o problema da cooperação internacional. 2007. p 60. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/dih/regis_intervencoes_humanitarias.pdf>. Acesso em: Jun.2015.

³⁶ REGIS, André. Intervenções humanitárias: o problema da cooperação internacional. 2007. p 60. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/dih/regis_intervencoes_humanitarias.pdf>. Acesso em: Jun. 2015.

no caso da Organização Mundial da Saúde (OMS), na área da saúde em geral. E por isso, regimes voltados para acabar com epidemias irão existir somente quando a cooperação nessa área for possível e desejada pelos Estados.

O fato do Estado ser um ator racional faz com que opte ou não pelas Intervenções Humanitárias, isso dependerá de como essas ações irão impactar suas posições estratégicas, e não basicamente por questões unicamente humanitárias ou morais. O que já revela a dificuldade de se estabelecer uma justiça global. As Intervenções Humanitárias têm obstáculos agregados ao conceito de soberania estatal, mesmo com a presença dos novos atores no cenário político internacional. Um projeto de governança global, tendo os Direitos Humanos como valores universais morais de referência para as RI, é baseado na intensificação dos processos de globalização neoliberal, e no fortalecimento das instituições e dos regimes internacionais. Com isso, ainda conforme André Regis,

O “espaço humanitário” dos agentes em campo também foi afetado, principalmente pela presença crescente dos doadores no planejamento da entrega da ajuda e suas consequências práticas: maior dependência financeira e material das agências por parte de seus doadores. Por fim, o decorrente abandono dos princípios tradicionais de neutralidade, independência e imparcialidade colocam os trabalhadores humanitários numa “crise de identidade”.³⁷

A ideia de humanitarismo acaba tendo dificuldades de compreensão, sua reflexão se implica à várias situações, ações, reações e consequências, não apenas dos agentes humanitários, mas também – e principalmente - daqueles que dependem da ajuda.

No caso específico do Haiti, há países que são reconhecidos por fornecerem ajudas humanitárias, como na cooperação Cuba-Haiti na área da saúde. Mas existem contradições a essa ideia do humanitarismo no Haiti, pois também há uma politização na ajuda internacional humanitária que são mascarados em projetos de salvar vidas prejudicadas pelo clima, violação dos direitos humanos, e outros fatores. Mesmo com essa dicotomia sobre a ideia do humanitarismo, ele promove ações que contribuem para salvar pessoas, que se em muitos casos, dependessem apenas da ação dos seus Estados, não sobreviveriam.

³⁷ HISAMOTO, Bruno Heilton Toledo. A “Estatização” do trabalho humanitário no pós-guerra fria: O “Novo Humanitarismo” e o dilema da cooperação entre humanitários e Estados. Mestrando do Instituto de Relações Internacionais/Universidade de São Paulo (IRI/USP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). 2011. p 14. Disponível em: <file:///C:/Users/teste/Downloads/Coop%20(1).pdf>. Acesso em: Jun. 2015.

2. ESTADOS FALIDOS E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A comunidade internacional se agarrou à ideia de que um estado-nação é que organiza as RI e mantém a ordem internacional. Para John Yoo,

O que, então, é um "Estado"? A definição canônica é estabelecida no artigo 1º da Convenção de 1933 de Montevideu sobre Direitos e Deveres dos Estados. Esse artigo diz o seguinte: O Estado como uma pessoa de direito internacional deve possuir as seguintes qualificações: a) uma população permanente; b) um território definido; c) governo; e d) capacidade de entrar em relações com outros Estados.³⁸

Dessa forma, Estados que não alcançaram um desenvolvimento capaz de atender à sua população com estruturas básicas e aos pontos citados acima, são denominados “Estados Falidos”. Eles possuem problemas de segurança nas políticas públicas, falta de legitimidade no governo e colapso econômico.³⁹

Estados falidos são locais que chamam a atenção para o terrorismo, crime transnacional e a proliferação de armas de destruição em massa. Por não terem uma autoridade de Estado, muitos dos Direitos Humanos são violados, e existem ameaças até mesmo à segurança de outras nações.

Esses estados que antes “não existiam”, foram classificados como “Terceiro Mundo”, ou seja, aqueles países recentemente independentes, que lutam por condições básicas de sobrevivência no dia a dia, ao mesmo tempo exportando matérias primas e lutando contra a pobreza, o clima, a guerra e os efeitos da colonização. Para Alexandros Yannis,

Como acontece com qualquer problema nas relações internacionais, a compreensão do fenômeno do Estado em colapso exige um exame das circunstâncias contextuais e a partir do qual emergiram. No início do período pós-Guerra Fria, o colapso do Estado normalmente implicava uma ruptura extrema da ordem política de um país, devido a conflitos internos prolongados e desintegração das autoridades públicas, e as principais questões levantadas foram sobre o seu impacto desestabilizador aos países vizinhos e as conseqüências humanitárias para a população local.⁴⁰

Ao ocorrer o declínio de um Estado como unidade de governança, passa a ser uma preocupação não só do próprio Estado, mas um desafio para o sistema internacional, já que é uma situação grave e que pode ganhar repercussões em todo mundo. De acordo com Yoo,

Os Estados Unidos e as Nações Unidas parecem ter concluído que as condições de uma boa governança mundial depende da existência exclusiva de Estados independentes, capazes de controlar seus territórios, o policiamento das suas populações, e o cumprimento das suas obrigações internacionais. Os membros ainda

³⁸ YOO, John. Failed-states. 2005. p 4.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ YANNIS, Alexandros. State Collapse and its Implications for Peace-Building and Reconstruction. 2002. p 818.

acreditam ser o meio mais eficaz para controlar ou prevenir condutas que ameacem a ordem internacional, bem-estar global, e a segurança de outros estados.⁴¹

Por isso, a proposta de inserir os Estados em desenvolvimento nos acordos cooperacionais desenvolvimentistas, possibilita conquistas para ambos envolvidos na cooperação. Esse processo de conexão aumentou os efeitos das mudanças baseadas no relacionamento entre esses atores.

A nova ordem internacional conta com a interdependência, ou seja, os Estados interligados formando uma grande rede internacional. De maneira que as ações de uns passam a ter efeito sobre os outros, em razão disso, quando um determinado país entra em crise, afeta a economia de outro país que esteja ligado a ele.

Para Sanjay Seth,

Os Estados, mesmo que diferentes, tem a mesma formação política e o critério que os define como tal, vem da Comunidade Internacional, nascida com a Paz de Westfália. O Pós-colonialismo e o feminismo em RI buscam relativizar o sistema excludente, dando voz àqueles que “não existem” politicamente. A partir da contestação do Estado como ator privilegiado das RI e a condição sócio constitutiva do sistema.⁴²

Nessas condições, assim como esses atores não existiam nas RI, fica claro como há uma hierarquia mundial que deve ser considerada especialmente se os países do Terceiro Mundo almejam ter uma voz no sistema internacional. Os Estados subdesenvolvidos mesmo independentes, não possuem estrutura própria para o seu desenvolvimento interno e nem para ter reconhecimento e respeito no exterior. Ainda nas palavras de Seth,

Desde o fim da colonização a ex-colônia se defende através do princípio de não-intervenção. Porém, existe a realidade da intervenção, sobretudo no caso da intervenção promovida pela ex-metrópole. Aqui, é importante distinguir a soberania histórica da soberania dogmática.⁴³

No momento em que os países deixam de ser colônia, necessitam de ajudas e contribuições que apoiem no seu desenvolvimento, seja de sua metrópole, seja de outros estados ou de OI's, pois o período da colonização é marcado por intensa exploração que prejudica posteriormente seu desenvolvimento. “O pressuposto é que o período pós-colonial é um mundo de desigualdades.”⁴⁴. Pois, ao se tornarem independentes, os países se deparam com a dura

⁴¹ YOO, John. Failed-states. 2005. p 2.

⁴² SETH, Sanjay. Postcolonial Theory and the Critique of International Relations. Millennium - Journal of International Studies. 2011. p. 168.

⁴³ Ibidem. p. 173.

⁴⁴ MGONJA; MAKOMBE - Debating IR and its relevance to the third world. African Journal of Political Science and International Relations Vol. 3(1). 2009. p. 29.

realidade das inúmeras necessidades do seu povo e as atribuições exigidas no sistema mundial determinadas pelos países do Primeiro mundo.

Para a teoria pós-colonialista, “o direito é para todas as pessoas nesta terra”⁴⁵. O processo de descolonização é um movimento revolucionário em busca desses direitos, é a luta para uma reformulação no cenário internacional, onde além desses Estados menores serem reconhecidos como independentes, façam parte de acordos que também os beneficiem. Nesse sentido, Seth afirma que,

O pós-colonialismo busca integrar a identidade cultural das nações do terceiro mundo na contribuição acadêmica das RI. Trata-se de transformar valores, práticas e ideias que só se conectavam com os países do Centro. Existe também a inserção de novos temas no debate internacional, visto que as agendas internacionais antes e depois da Guerra Fria representam dois paralelos diferentes. Acrescentaram problemas dos países de terceiro mundo, tais como fome, direitos humanos e problemas ambientais.⁴⁶

Por mais que esses Estados ganhem um espaço mais reconhecido nas RI, eles serão limitados pelos Estados desenvolvidos. “Hoje a sociedade internacional no Terceiro Mundo é geralmente concebida como eurocêntrica, contendo a visão dos Estados mais poderosos, e de instituições como Banco Mundial, FMI e OMC.”⁴⁷. As demandas mundiais estabelecem relações de poder, e em geral aqueles que são os mais fortes realizam feitos sobre os mais fracos.

A globalização tem levantado dúvidas sobre a capacidade dos Estados de regular as atividades dentro de suas fronteiras. Conflitos étnicos ou de facções levou ao colapso da autoridade dos Estados como Somália, Haiti e Iugoslávia. Para Hobsbawn,

A partir desta perspectiva, o fenômeno do colapso do estado é outro aspecto do impacto cataclísmico em Estados e no sistema internacional de mudanças políticas, sociais e econômicas globais que estão em andamento. Significa a incapacidade dos Estados para absorver essas mudanças pacificamente, e particularmente destaca o advento da dinâmica de forças hostis ao conceito de público ordem, conforme definido pelo Estado social do século XX.⁴⁸

O pós-guerra fria pareceu ser um período de novas possibilidades nas RI. A questão a se considerar é que o desenvolvimento da política internacional ocorreu em determinados Estados, e as diretrizes da ordem internacional segue a ótica do país mais poderoso e influente.

2.1 O Haiti: Características históricas e geográficas

⁴⁵ MGONJA; MAKOMBE - Debating IR and its relevance to the third world. African Journal of Political Science and International Relations Vol. 3(1). 2009. p. 28.

⁴⁶ SETH, Sanjay. Postcolonial Theory and the Critique of International Relations. Millennium - Journal of International Studies. 2011. p. 169.

⁴⁷ MGONJA; MAKOMBE - Debating IR and its relevance to the third world. African Journal of Political Science and International Relations Vol. 3(1). 2009. p. 28.

⁴⁸ HOBBSAWN, 1997:263 ± 5. *Apud*= YANNIS, Alexandros. State Collapse and its Implications for Peace-Building and Reconstruction. 2002. p.821.

O Haiti ocupa o terço ocidental da ilha da Espanhola, entre o Oceano Atlântico e o Mar do Caribe, que divide com a República Dominicana. O país tem uma área de 27.750 quilômetros quadrados (aproximadamente do tamanho do Estado de Alagoas). Ele compartilha uma fronteira de 275 quilômetros com a República Dominicana e tem um litoral de 1.771 km. Porto Príncipe é a sua capital e maior cidade, está em uma baía na costa sudoeste do país.

A sociedade é quase totalmente composta por negros e mulatos, “a língua do país é o *creole*, possui uma população de 10.461.409 habitantes”⁴⁹. No seu território apenas 1/3 é disponível para habitação e agricultura, com a grande degradação que sofreu quando colônia 95% de sua vegetação é extinta. Como o país foi dominado por mais de uma colônia e teve habitantes nativos diferentes, recebeu diferentes nomes.⁵⁰ De acordo com Gildesneide dos Passos Freire,

Em diferentes momentos da história, a ilha recebe nomenclaturas diversas, que são: 1. La Española: refere-se à alcunha que Cristóvão Colombo deu à ilha Hispânia. Utilizada em referências cartográficas. 2. São Domingos: utilizada por historiadores ingleses, norte-americanos e franceses. Justifica-se pelo Tratado de Ryswick, 1697, em que a Espanha cedeu 1/3 da Ilha à França. 3. Saint Domingue Francesa: compreende 1/3 da Ilha determinado por França e Espanha, em 1.777, pelo Tratado de Aranjuez, que demarcou os limites geográficos entre as duas nações e onde se encontra o Haiti, que detém 27.750Km². 4. Santo Domingo Espanhola: geograficamente é a República Dominicana que ocupa 48.442 km².⁵¹

É possível perceber na história desenvolvimentista do Haiti, que desde quando era colônia passando a ser independente, e até os dias atuais, carrega profundo abuso, violência, corrupção e preconceito. São inúmeros os problemas que fazem parte da história do país que é completamente instável economicamente, socialmente, e sem estrutura própria para atender as necessidades básicas da sua população. Nem mesmo a natureza tem facilitado para o Haiti, mesmo diante desses relatos, nem sempre o país esteve nessas condições. Segundo Carlos Alberto dos Santos Cruz,

Houve um momento na história do Haiti que mesmo com seu pequeno território e uma área ainda menor para a prática da agricultura, ele foi uma colônia francesa considerada bastante prospera na época, principalmente com a produção de cana-de-açúcar, chegando a produzir 40% do total mundial de açúcar, pouco antes do final do século XVII. Por ser uma colônia com uma produtividade compensadora, os franceses foram ocupando a terra e trazendo escravos africanos, chegando a um ponto em que estima-se que havia cerca de 40 mil franceses e 550 mil escravos.⁵²

⁴⁹ IBGE. PAÍSES, HAITI Descrição. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php>. Acesso em: Out. 2014

⁵⁰ CRUZ, Carlos Alberto dos Santos. Haiti: interferências externas e deformações na política interna. Política Externa. Vol. 19nº 1 jun/jul/ago. 2010

⁵¹ FREIRE, Gildesneide dos Passos. *Apud*= Eliesse dos Santos Teixeira Scaramal. Haiti: Fenomenologia de uma barbárie. Coleção: Etnicidade, Região e Nação. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006. p 144. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6752/4054>> Acesso em: Nov. 2014.

⁵² CRUZ, Carlos Alberto dos Santos. Haiti: interferências externas e deformações na política interna. Política Externa. Vol. 19nº 1 jun/jul/ago. 2010.

O Haiti inicialmente era habitado por índios, mas, quando passou a ser colônia Francesa milhares de escravos, considerados como animais foram despejados no país, sem nenhuma condição de sobrevivência, levando a milhares de mortes frequentemente. Nesse momento o Haiti foi a colônia que mais rendeu riquezas para a França. De acordo com IBGE,

Antes da chegada dos europeus, Arawak (também conhecido como Taino) os índios caribenhos habitavam a ilha de Hispaniola. [...] Logo, os aventureiros franceses começaram a se estabelecer na colônia, transformando a parte francesa da ilha, [...] em um rolo compressor de café e produtora de açúcar. Nos anos 1780, quase 40 % de todo o açúcar era importado pela Grã-Bretanha e França e 60 % do café do mundo veio da pequena colônia. Por um breve momento, Saint-Domingue produzia anualmente mais riqueza exportável do que toda a América do Norte continental.⁵³

E pelas grandes riquezas que o Haiti pode oferecer a sua metrópole, França, foi que chegou a ser conhecido como a Pérola das Antilhas, a exploração do local continuou até que não houvesse mais recursos, o que aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial. Mas os franceses não contavam que a quantidade demasiada de escravos fosse um dia se voltar contra o seu poderio, sem medo do que poderia acontecer. O sofrimento e suor dos escravos que trabalhavam de forma desumana despertou a revolta e a tão inaceitável revolução. Ainda conforme IBGE,

À medida que a população indígena (primeiros ocupantes da ilha) diminuiu, o trabalho escravo Africano tornou-se vital para o desenvolvimento econômico da Saint-Domingue. Os escravos chegaram a dezenas de milhares, como isso a produção de café e açúcar cresceu. Sob o domínio colonial francês, cerca de 800.000 escravos chegaram da África, responsável por um terço de todo o comércio de escravos no Atlântico. Muitos morreram de doenças e pelas duras condições das plantações de açúcar e café.⁵⁴

A educação e a saúde são essenciais para o desenvolvimento humano. O Haiti desde sua escravidão não possuía o mínimo de cuidados voltados para a saúde dos escravos, e obviamente não possuíam os mesmos direitos de estudo dos senhores, eram tratados apenas como objetos. Como cita Jacob Goreneder,

O tratamento dado pelos escravistas aos seus servidores era terrivelmente cruel. A par do trabalho, que esgotava rapidamente as energias, pesavam sobre os escravos a alimentação escassa, a moradia sórdida e inexistência de assistência médica. A labuta diária se processava durante longas jornadas, sob acionamento frequente do açoite dos feitores. Qualquer expressão recalcitrante era logo duramente castigada. Os mais indisciplinados sofriam o castigo de serem enterrados de pé, apenas com a cabeça de fora. Assim imobilizados, acabavam mortos depois de sofrer a horrível tortura de ter o rosto lentamente devorado pelos insetos e abutres.⁵⁵

⁵³ IBGE. PAÍSES, HAITI Descrição. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php>. Acesso em: Out.2014.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ GORENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. Estudos Avançados (50). 2004. p. 296.

O sofrimento causou um forte sentimento de revolta nos escravos que precisavam apenas de alguém que os organizasse, para começar a lutar pelo direito de viver e ter outro tratamento. Foi então que se levantaram líderes, em especial Toussaint Louverture que organizou o início da batalha para independência do país.

A quantidade de escravos beneficiou o lado mais fraco. “A desproporção numérica, o contraste entre a violência do sistema escravista e os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade concretizados pela própria Revolução Francesa em 1789, os escravos revoltaram-se e iniciaram o movimento de independência.”⁵⁶. Os movimentos foram sangrentos, mas, imperava o desejo de construir uma nova história para o povo haitiano.

Em 1804 aconteceu a revolução no Haiti que acabou com a escravidão, desafiando a tudo e a todos. “A independência Haitiana foi conseguida a ferro e fogo, numa revolução liderada por um spartacus negro, Toussaint L’Ouverture, que a comandou por longos treze anos, até a vitória final.”⁵⁷. A hegemonia de Toussaint foi conquistada a partir do discurso, de maneira que provocou a ação dos desprezados para lutarem por algo maior.

Com a conquista e a fragilização política, os escravos golpearam os europeus com o mesmo tratamento que recebiam, mas lutar pela autonomia do país os deixaram mais vulneráveis e dependentes. Como apresenta Gildesneide dos Passos Freire,

[...] Os grands blancs: fazendeiros, burocratas coloniais e profissionais liberais reivindicaram certa autonomia em relação à metrópole francesa. Foi essa insurreição que desencadeou a situação político-administrativa do Haiti desde aquela época até a atualidade. Aproveitando-se da instabilidade gerada, os escravizados haitianos insurgiram-se na cena política, para eliminar, submeter e escravizar brancos, tornando-se imperadores, reis e governadores, e elevando o Haiti à condição de primeiro país das Américas a conquistar a independência promovida por escravos (1791-1804).⁵⁸

Essa reação foi completamente reprovada na época, pois era um período em que a escravidão negra era dominante nas Américas, os impactos foram marcantes na esfera interna e externa. Pois seguindo a hierarquia natural, o mais forte deve sempre vencer, e como não foi o que aconteceu, esse fator perpetua consequências até os dias atuais.

⁵⁶ CRUZ, Carlos Alberto dos Santos. Haiti: interferências externas e deformações na política interna. *Política Externa*. Vol. 19nº 1 jun/jul/ago. 2010.

⁵⁷ JOSÉ, Emiliano. Haiti, terremoto e história. *Teoria e Debate*. Revista Bimestral da Fundação Perseu Abramo. Nº87, Ano 23º março/abril. 2010.

⁵⁸ FREIRE, Gildesneide dos passos. *Apud=* Eliesse dos Santos Teixeira Scaramal. Haiti: Fenomenologia de uma barbárie. Coleção: Etnicidade, Região e Nação. Goiânia: Cãnone Editorial. 2006. p 146. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6752/4054>>. Acesso em: Nov. 2014.

A luta recorrente da revolta de escravos, proporcionou ao Haiti a possibilidade de ser um caso único no processo da conquista da independência, mesmo diante de sua autodeterminação, novas batalhas e dificuldades surgiram dessa conquista. Para Cruz,

A sociedade haitiana na época, apesar de possuir líderes brilhantes, não possuía uma completa estrutura social, econômica e política. Os mulatos, filhos de miscigenação, tiveram melhores oportunidades culturais e de preparo para a administração pública, para a participação política e para os postos militares. As grandes massas de negros escravos, apesar de libertos, não possuíam condições suficientes para realizar as atividades necessárias ao país recém-independente.⁵⁹

Na nova realidade trazida por Bonaparte, os ex escravos não tinham mais opções além viver no regime colonial, já que o líder Toussaint não possuía métodos para continuar direcionando o país sem se render ao regime político vigente. Assim,

Toussaint não conseguiu perceber que, da Convenção de 1789 ao consulado bonapartista, a Revolução Francesa influiu para a direita, mudando as características do regime político no país, como também afastando-se da posição inicial com relação à escravidão nas colônias. [...] O que influiu negativamente no destino de Toussaint, consistiu na decisão de manter a colônia como grande produtora de açúcar. O que se justificava, do ponto de vista da prosperidade econômica. Mas, para este fim, Toussaint não teve alternativa senão a de obrigar os ex-escravos a retornar ao trabalho compulsório nas fazendas. Os ex-escravos já eram homens livres do ponto de vista formal, mas estavam forçados a continuar a cultivar a cana e a produzir açúcar nas mesmas condições de antes.⁶⁰

Com essa realidade o país passou de uma conquista para um grande processo de regressão, já que mesmo com o passar do tempo a estrutura social e política não se desenvolveram, constantes lutas internas pelo poder político começaram a fazer parte do dia a dia do país. Empresas estrangeiras, europeias e norte-americanas, dominavam o comércio.

A dificuldade no desenvolvimento do país contou com muitas razões, mas entre as principais o fato do país ter conquistado sua independência por meio da luta de escravos. As lutas internas, a estrutura social debilitada e o não reconhecimento e falta de apoio internacional predominante quando eram recém-independentes, são fatores relevantes que perduram até os dias atuais.

O Haiti até os dias de hoje é extremamente dependente de ajudas externas. As interferências de auxílio ao país são demandadas pelos representantes haitianos, especialmente quando a população exige melhorias do governo. A autoridade do país ao se deparar com a falta de condições para atender a população, recorre às ajudas externas, revoltando parte da população, que vê nas ajudas externas uma invasão ao país.

⁵⁹ CRUZ, Carlos Alberto dos Santos. Haiti: interferências externas e deformações na política interna. *Política Externa*. Vol. 19 nº 1 jun/jul/ago. 2010.

⁶⁰ GORENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. *Estudos Avançados* (50). 2004. p. 297.

A visão externa sobre o país, é a de que ele possui pessoas capazes de promover seu desenvolvimento, mas mesmo assim ainda permanecem totalmente dependentes das interferências, essas críticas são feitas ao país com o objetivo de tentar promover o seu desenvolvimento, e estimular os haitianos a se apoderarem dessas responsabilidades. De acordo com Cruz,

Como ilustração de intervenções externas feitas no Haiti, destacam-se: a cobrança da dívida pela independência; esquadras de diversas bandeiras, que se aproximaram da costa haitiana para cobrança de dívidas com empresas de comércio internacionais operando no país; ocupação norte-americana do país de 1915 a 1934; a “invasão” de organizações não governamentais que tomou conta do país a partir de meados dos anos 1980; a presença norte americana na década de 1990; a força militar liderada pelos Estados Unidos e pelo Canadá; a sequência de missões da Organização das Nações Unidas (ONU).⁶¹

As intervenções são justificadas por interesses mais amplos, afim de incentivar as populações locais a alcançarem uma estabilidade regional, e também para que a esfera internacional esteja em segurança.

2.2 Cooperação Internacional no Haiti: MINUSTAH

Dentro da história do Haiti, houve momentos de esperança de melhora em suas condições, especialmente quando a democracia começou a ser instalada na América. Esperava-se, que principalmente os mais pobres pudessem ser beneficiados com esse novo sistema, mas não foi o que aconteceu. As condições continuaram precárias para a população que já vivia em estado de miséria.

O entendimento da democracia ficou armazenado somente com os intelectuais. Para que houvesse melhora nas condições haitianas, seria necessário que o governo nacional se interessasse em expandir esse conceito para as classes mais pobres do país.

As desigualdades de grupo (ou horizontais) e a exclusão limitam a influência política de alguns grupos, mesmo sendo eles a maioria da população, como acontece com os pobres. As desigualdades horizontais podem levar o controle as elites, utilizando políticas que favorecem determinados grupos e não a sociedade como um todo.⁶²

O Haiti é um país repleto de exclusões e desigualdades sociais, e além disso é localizado onde desastres naturais acontecem, o que traz à tona não somente a necessidade de preocupação

⁶¹ CRUZ, Carlos Alberto dos Santos. Haiti: interferências externas e deformações na política interna. Política Externa. Vol. 19nº 1 jun/jul/ago. 2010.

⁶² PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de Desenvolvimento Humano 2014 Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>>. Acesso em: Nov.2014.

com a sociedade, mas com as possibilidades da ocorrência desses desastres, e que, conseqüentemente, intensificam ainda mais a quantidade de pessoas necessitadas. Dessa forma,

Os choques também criam novas vulnerabilidades ou novos grupos de pessoas vulneráveis. Por exemplo, cerca de 200 mil pessoas viverão com uma deficiência a longo prazo em consequência de ferimentos sofridos durante o terremoto de janeiro de 2010, no Haiti. Pode argumentar-se que não foi o terremoto propriamente dito que afetou um tão grande número de pessoas, mas antes a sua interação com a vulnerabilidade do país.⁶³

Por muito tempo o Haiti foi visto pela comunidade externa com terror, a conquista da sua independência por escravos marcou a visão dos outros países, e como o país é fraco e sem organização, sua história é contada pela visão dos mais fortes. Muitas delas a partir da ótica de cidadãos europeus, que com conceitos próprios e pessoais, registram o que pensam sobre a comunidade haitiana. Para Ricardo Seitenfus,

As relações do Haiti com o exterior foram sempre marcadas pelo conflito ou pela indiferença. A terrível luta pela independência impregnou a sociedade haitiana e hipotecou seu futuro. O mundo sempre o percebeu com desconfiança. Os haitianos, por sua vez, estão conscientes que a comunidade internacional, em um dado momento, irá intervir. As crises demonstram a reiteração desse fenômeno.⁶⁴

Mesmo com essa visão dos outros países a respeito do Haiti, ele é alvo de várias intervenções que procuram contribuir para seu fortalecimento governamental. A deficiência de comando por parte do governo haitiano causa um total déficit em seu desenvolvimento estrutural. Por isso das intervenções da comunidade internacional, para promover o desenvolvimento do país, que desde sua independência, nunca mais conseguiu se reerguer. Ainda de acordo com Seitenfus,

Pela primeira vez na história da ONU, um grupo de Estados que desempenham um papel secundário no sistema internacional (Argentina, Brasil, Chile, Espanha, Jordânia, Nepal, Uruguai, Sri Lanka), respondem a um apelo do CS compondo uma missão de estabilização no Haiti (Minustah). Não há participação de nenhuma potência – a não ser a presença de 125 policiais da China continental. Inclusive esta participa, pela primeira vez, em uma missão de paz da ONU. Por outro lado, países que possuem laços históricos com o Haiti (Canadá, Estados Unidos e França) contam com um pequeno número de oficiais bem posicionados no comando das vertentes policial e militar da MINUSTAH.⁶⁵

⁶³ PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de Desenvolvimento Humano 2014 Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>>. Acesso em: Nov.2014.

⁶⁴ SEITENFUS, Ricardo. Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea. 2006. p 14. Disponível em: < [http://www.seitenfus.com.br/arquivos/elementos-diplomacia\(1\).pdf](http://www.seitenfus.com.br/arquivos/elementos-diplomacia(1).pdf)>. Acesso em: Nov. 2014.

⁶⁵ SEITENFUS, Ricardo. Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea. 2006. p 10-11. Disponível em: <[http://www.seitenfus.com.br/arquivos/elementos-diplomacia\(1\).pdf](http://www.seitenfus.com.br/arquivos/elementos-diplomacia(1).pdf)>. Acesso em: Nov. 2014.

O Haiti é alvo de vários projetos ligados à ONU, com o intuito de contribuir para o seu desenvolvimento, e para ter condições de consolidar sua soberania, “[...] De maneira um pouco mais específica, a última dessas intervenções, é caracterizada pela criação da MINUSTAH, (sigla derivada do francês: Mission des Nations Unies Pour La Stabilisation em Haiti) pelo Conselho de Segurança da ONU (CSNU) no ano de 2004.”⁶⁶, e permanecer com seus trabalhos apoiados pelos investimentos de países como a Noruega e o Brasil.

A ONU tem estado ativamente presente no país desde 2004 quando foi estabelecido o projeto MINUSTAH, que visa fortalecer a organização política do país, e fortalecer os direitos humanos no local. Assim,

O mandato da MINUSTAH foi estabelecido de acordo com a Resolução 1542, de 30 de abril de 2004, visando, antes de tudo, atender as seguintes demandas: proporcionar um retorno seguro e estável; auxiliar no desenvolvimento do processo político que estava sendo arquitetado entre as oposições polarizadas e atender as questões referentes aos direitos humanos, frequentemente desrespeitados.⁶⁷

A intervenção externa está sendo essencial para o país, mas causa revolta da própria população, e opiniões de fora afirmam que o país vive em constante dependência. Sendo assim,

As degradações naturais contribuem para que o Haiti permaneça inseguro em seu desenvolvimento, sua ação é reprimida. Por exemplo, o sismo no Haiti custou o equivalente a 120 % do PIB do Haiti, fazendo retroceder décadas de investimentos em desenvolvimento. Contudo, nem esta imagem transmite toda profundidade do impacto, nem o período de tempo necessário para uma recuperação total. Quando a recuperação é um processo parcial e não orientado no sentido de aumentar a resiliência, o impacto da catástrofe pode ser duradouro e ter efeitos persistentes sobre gerações inteiras.⁶⁸

A realidade do povo haitiano, é a de uma estrutura política falha e corrupta, o acesso à educação é escasso, o sistema de saúde é extremamente fraco e necessita de intervenção externa especialmente em situações de catástrofe natural. Nos anos 90, a ONU iniciou um processo de missões para ajudar o desenvolvimento do país, não foram totalmente eficazes, mas se encontram presentes no país até os dias atuais.

O Haiti coloca a responsabilidade sobre a comunidade internacional de ajudá-los a construir uma nova história para o país. Essa responsabilidade se baseia nas constantes violações sofridas pelo Haiti no que diz respeito a sua identidade. Foi quando em 2004, em uma reunião com o

⁶⁶ VASCONCELOS, Alex D. MINUSTAH - O Haiti sob supervisão do Conselho de Segurança da ONU. 2009. p 5. Disponível em: < https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/IISPHist09_AlexDonizeelos.pdf > Acesso em: Nov. 2014.

⁶⁷ Ibidem. p 5.

⁶⁸ PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de Desenvolvimento Humano 2014 Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>>. Acesso em: Nov.2014.

Conselho de Segurança da ONU foi estabelecido que o país passaria a receber ajuda internacional para seu desenvolvimento político, conforme a carta das nações unidas.

2.3 Estados Falidos: O caso do Haiti

A grande dificuldade do Haiti em se desenvolver posiciona o país entre os mais pobres do mundo, e as razões que impedem seu crescimento, colocam o país no patamar dos Estados incapazes de ser atuantes no cenário internacional, mesmo que muitos nativos busquem caminhos para justificar a situação do país, e procuram até mesmo culpados. Yoo afirma que,

Em 1993, por exemplo, o fracasso das instituições do Estado na Somália permitiu que bandos armados para vagueassem por todo o país, produzindo fome e uma demanda de ajuda humanitária. O Haiti periodicamente tem experimentado um problema semelhante, em que a ausência de um governo central real tem permitido surgir crises humanitárias e produziram ondas de refugiados com destino aos Estados Unidos.⁶⁹

Nesses casos houve a intervenção das Nações Unidas, com o objetivo de prestar ajuda humanitária, utilizando a força. Os dois países são exemplos de sociedades que não alcançaram estabilidade política e nem econômica. Há outros continentes, como o africano, que tem a mesma característica, e estão sujeitos a desastres humanitários.

E por isso potências como os Estados Unidos, contribuem para que Estados com essas características, se fortaleçam e se desenvolvam. Para Leisa Cardoso de Souza,

O debate a respeito da situação desses Estados se intensificou e outros termos surgiram para se referir a esses Estados, como o termo falido. Contudo, o fracasso não está apenas ligado ao número de novos Estados e sim à maneira como muitos deles foram constituídos.⁷⁰

A definição de falido recai a partir do período que esses Estados começaram a se descolonizar e se estabelecer. Ainda de acordo com Souza,

Nessa época, segundo Gros (1996, p. 455), a fraqueza de alguns Estados, a corrupção política e a violação dos direitos humanos, agravadas pelas políticas econômicas irracionais que levavam a um baixo crescimento econômico, foram negligenciadas pelas duas potências, para manter os Estados fracos sob suas esferas de influência.⁷¹

A história do Haiti em sua maior parte foi de exploração, durante muito tempo os habitantes não visavam o crescimento interno e nem da estrutura local. A independência árdua do Haiti levou o país a se auto determinar, mas seus representantes não tinham estudos para um

⁶⁹ YOO, John. Failed-states. 2005. p 7.

⁷⁰ SOUZA, Leisa Cardoso de Souza. ESTADOS FALIDOS: conceitos e uma análise comparativa do termo na pós-graduação no Brasil. p 35. 2010. Disponível em <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/3412/3/20666997.pdf>>. Acesso em: Fev. 2015.

⁷¹ Ibidem p 21.

planejamento administrativo e calculado de cunho desenvolvimentista para o país. Conforme Yoo,

No Haiti, os Estados Unidos tem tentado restaurar a ordem através da substituição de uma junta militar com um presidente democraticamente eleito. Tais esforços vigorosos para restaurar o para bom funcionamento estado-nação não são inevitáveis. Historicamente, há exemplos de formas alternativas de governança que não seja o Estado-nação, como impérios universais, federações, cidades-estados, e colonialismo.⁷²

A população local ao invés disso, trava inúmeras lutas internas demonstrando que os governantes dos Estados não possuem autoridade governamental. Os Estados Falidos não possuem um poder judiciário eficaz para conter a violência. De maneira que “o Estado no âmbito interno deve fornecer segurança, deter o monopólio legal da violência e providenciar bens públicos para os habitantes do seu território, funções que um Estado falido não consegue exercer.”⁷³

Com base nisso, a falência dos Estados é determinada pela incapacidade das autoridades proverem o seu bom funcionamento, detendo de poucas condições para promover qualquer ação de proteção e assistência à sua população. “Nações individuais com laços históricos ou geográficos com áreas problemáticas, como os Estados Unidos e Haiti ou a França e a Costa do Marfim, tomaram a liderança para parar guerras civis”⁷⁴. O Haiti com as características de seu governo, acaba justificando mais esse fator que o torna parte da lista de Estados Falidos.

Sua população pelo despreparo, é afetada por grandes problemas de saúde como o surto de cólera que o país enfrentou no ano de 2010, causadas, principalmente, pela falta de saneamento básico. Nesse sentido, nota-se que o sistema de saúde do Haiti é deficiente para lidar com epidemias emergentes.

⁷² YOO, John. Failed-states. 2005. p 8.

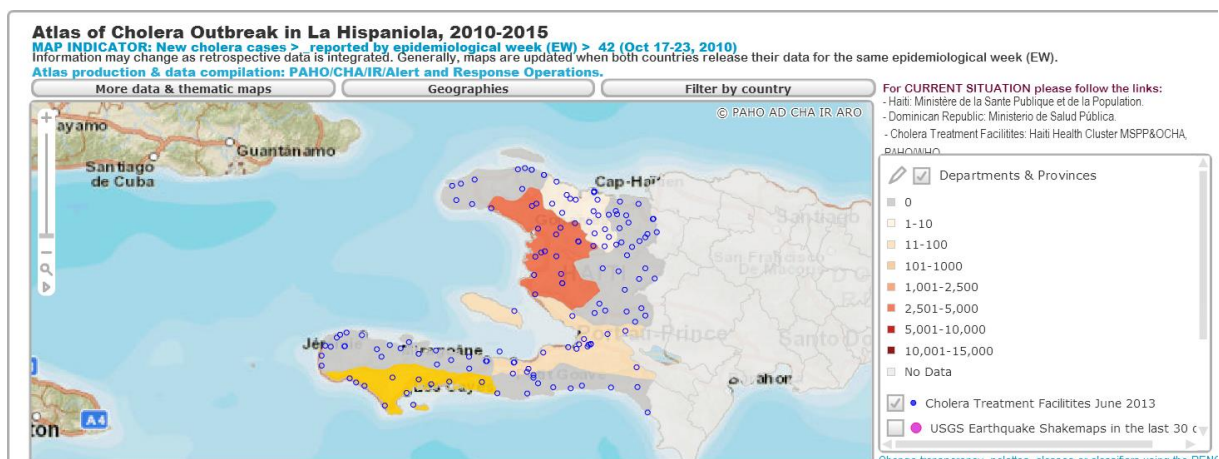
⁷³ SOUZA, Leisa Cardoso de Souza. ESTADOS FALIDOS: conceitos e uma análise comparativa do termo na pós-graduação no Brasil. p 20.2010. Disponível em <
<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/3412/3/20666997.pdf>>. Acesso em: Fev. 2015.

⁷⁴ YOO, John. Failed-states. 2005. p 13.

3. MODALIDADES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO HAITI EM 2010

No ano de 2010, o Haiti foi impactado por fortes catástrofes naturais, o imprevisível terremoto em janeiro e o surto de cólera a partir de outubro do mencionado ano, deixaram o país mais fragilizado do que já era. Após a devastação causada pelo terremoto, a sociedade internacional se mobilizou para reconstruir e reforçar as defesas do país, através de assistências humanitárias e ajudas desenvolvimentistas.

O desenvolvimento “da epidemia de cólera no Haiti começou em outubro de 2010 e foi atribuído ao *Vibrio cholerae*, o sorogrupo O1, sorotipo Ogawa, biótipo El Tor.”⁷⁵, com isso foram estabelecidos pontos locais na ilha para o tratamento do surto. “Desde quando a epidemia de cólera começou, mais de 650.000 pessoas ficaram doentes no Haiti, e mais de 8.000 perderam suas vidas.”⁷⁶. Abaixo uma ilustração da extensão quantitativa dos casos de pessoas infectadas por regiões e os pontos de tratamento. (Até junho de 2013).⁷⁷



Fonte: http://new.paho.org/hq/images/Atlas_IHR/CholeraHispaniola/atlas.html

No ano de 2013, na reunião realizada na OPAS/OMS pela Coalizão Regional de Água e Saneamento para Eliminar a Cólera da Ilha Hispaniola, foram estabelecidos os recursos que seriam investidos para apoiar o Plano de Ação Nacional Haitiano para acabar com o surto. A saber, os seguintes valores:

⁷⁵ BAHAMONDE Harvez C, STUARDO Ávila V. La epidemia de cólera en América Latina: reemergencia y morbimortalidad. 2013;33(1):40–6. 2013.

⁷⁶ Regional Coalition for water and Sanitation to eliminate cholera Hispaniola. USAID and World Vision join coalition to eliminate cholera from Haiti and the Dominican Republic. Disponível em: <<http://www.paho.org/coleracoalicion/?p=557#more-557>>. Acesso em Jun. 2015.

⁷⁷ http://new.paho.org/hq/images/Atlas_IHR/CholeraHispaniola/atlas.html

Banco Mundial	\$ 20 milhões
UNICEF	\$ 5 milhões
OPAS/OMS	\$ 3,1 milhões
PNUD	\$ 1 milhão

Fonte: Regional coalition for water and Sanitation to eliminate cholera Hispaniola

Os investimentos chegaram a 29,1 milhões de dólares⁷⁸ voltados para água, saneamento e fortalecimento dos sistemas de saúde. Ficou claro que no Haiti reforços em saneamento de água eram fundamentais para eliminar o surto de cólera, além de impedir a transmissão de outras doenças pela água e proporcionar melhor qualidade para a saúde da população. De forma que,

Atualmente, o Haiti tem os mais baixos níveis de cobertura de água e saneamento de qualquer país das Américas. Apenas 69% da população tem acesso a água potável, e apenas 29% têm acesso a saneamento melhorado, disse Raymond. Da parcela de 20% da população, apenas 1% tem acesso a uma fonte melhor de água, e 90% pratica defecação ao ar livre.⁷⁹

A alarmante situação no país fez com que diversas modalidades de cooperação atuassem no território, como: a Cooperação Norte-Sul, a Cooperação Sul-Sul, Cooperações nos âmbitos bilateral, trilateral e multilateral, foram feitas contribuições por parte dos setores privados e da sociedade civil, além da presença das ONG's, que aumentaram consideravelmente após o terremoto. Desde o surgimento da cólera em outubro de 2010, inúmeros investimentos foram feitos, e um Plano de Ação Nacional foi desenvolvido para controlar o surto e impedir sua disseminação aos países vizinhos.

O presidente do Haiti com o claro interesse em acabar com o surto, criou acordos com os mais diversos atores e fez com que o país se integrasse à Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), à Organização Mundial da Saúde (OMS), ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e aos Centros para Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos EUA. Entre esses atores ainda há, a Coalizão Regional de Água e Saneamento para a Eliminação da Cólera na Ilha de Hispaniola, já citada, que fornece conhecimentos técnicos sobre o controle e eliminação da cólera para os governos do Haiti e da República Dominicana. A coalizão está trabalhando para mobilizar recursos que apoie os Planos de ação Nacionais estabelecidos em

⁷⁸ Regional Coalition for water and Sanitation to eliminate cholera Hispaniola. \$29.1 million pledged to support cholera elimination in Haiti and the Dominican Republic. Disponível em: <<http://www.paho.org/coleracoalicion/?p=398#more-398>>. Acesso em: Jun. 2015.

⁷⁹ Ibidem.

2012 nos dois países para eliminar a doença em 10 anos, ou seja, até 2022. A saber,

A Coalizão Regional de Água e Saneamento para a Eliminação da Cólera na ilha Hispaniola foi lançado em Junho de 2012 pela OPAS/OMS, a UNICEF e o CDC. Seus outros membros são a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), a Associação de Médicos Haitianos no Exterior (AMHE), a Comunidade do Caribe (CARICOM), CWWA, Catholic Relief Services (CRS), FUNASA do Brasil, AIDIS, Inter-American Banco de Desenvolvimento (BID), IFRC, Partners in Health/Zanmi Vasant, o Banco Mundial, WASH Advocates, a Fundação Veolia, e a Aliança de Água Millennium (MWA). Dois novos membros da Coalizão foram anunciados hoje: a Sociedade Americana de Medicina Tropical e Higiene (ASTMH) e World Vision. A OPAS/OMS atua como secretaria da Coalizão.⁸⁰

De forma geral, para contribuir com os países fragilizados, foram estabelecidos documentos que regulam a CI, como a Declaração de Paris⁸¹ e a Agenda para Ação de Acra⁸². São documentos bases na cooperação Norte-Sul em âmbitos, bilateral, trilateral e multilateral, envolvendo países desenvolvidos, em desenvolvimento e organizações das sociedades civis que promovem o desenvolvimento sustentável. "Os princípios orientadores estabelecidos nestes documentos são a apropriação, harmonização, alinhamento, resultados e responsabilidade mútua."⁸³ Passando assim, a cooperação Norte-Sul a levar em consideração várias questões que assolam os países em desenvolvimento, como alterações climáticas, a preocupação com o meio ambiente, a finalidade de erradicar a pobreza e promover a paz.

No Haiti, a cooperação Norte-Sul contou com a participação de países como Estados Unidos (EUA), a França, o Canadá, a Noruega, entre outros que têm o objetivo de apoiar os Estados denominados "frágeis". Todas as intervenções são feitas respeitando a identidade e a história desses países. Assim,

A perspectiva de longo prazo para a intervenção internacional em Estados frágeis é apoiar reformas nacionais, a fim de constituir instituições eficazes, legítimas e resistentes, capazes de envolver produtivamente o seu povo para promover desenvolvimento sustentável.⁸⁴

Os acordos da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América - Tratado de

⁸⁰ Regional Coalition for water and Sanitation to eliminate cholera Hispaniola. \$29.1 million pledged to support cholera elimination in Haiti and the Dominican Republic. Disponível em: <<http://www.paho.org/coleracoalicion/?p=398#more-398>>. Acesso em: Jun. 2015.

⁸¹ OECD, 2005. Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dac/effectiveness/38604403.pdf>>. Acesso em: abr. 2015

⁸² OECD, 2008^a. Agenda para Ação de Acra. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dac/effectiveness/41202060.pdf>>. Acesso em: Abr. 2015.

⁸³ OECD. *Apud* = GOULART, Sueli e COSTA Rodrigo Prado da. International cooperation in Haiti: organization for what?. 2013. p. 82. Disponível em: <<http://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/135/261>>. Acesso em: Mar. 2015.

⁸⁴ OECD, 2008b. *Apud* = GOULART, Sueli e COSTA Rodrigo Prado da. International cooperation in Haiti: organization for what?. 2013. p. 70. Disponível em: <<http://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/135/261>>. Acesso em: Mar. 2015.

Comércios dos Povos (ALBA -TCP) e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) são espelhos da Cooperação Sul-Sul, têm como objetivo alcançar o desenvolvimento social e econômico. Esses acordos visam integrar os países da região para enfrentar os desafios que surgirem. A primeira,

[...] é guiada pelos princípios de solidariedade, complementaridade e cooperação leal entre os países da região, o uso racional dos recursos naturais, incluindo a energia, para o bem-estar das pessoas; prossegue o treinamento intensivo e abrangente do capital humano necessário para o desenvolvimento e atenção às necessidades e aspirações populares.⁸⁵

O Haiti, mesmo não fazendo parte da Unasul, recebeu uma secretaria específica para contribuir com seu desenvolvimento. Esse tratado visa integrar as diversas áreas dos seus membros, e assim promover o desenvolvimento respeitando a particularidade de cada Estado. Os princípios que regem a Unasul são,

[...] de respeito absoluto da soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados; autodeterminação dos povos, a solidariedade, cooperação, paz, democracia, participação cidadã e do pluralismo, os direitos humanos universais indivisíveis e interdependentes; redução das assimetrias e em harmonia com a natureza para o desenvolvimento sustentável.⁸⁶

A presença dos mais diversos atores foi extremamente importante para projetar estratégias anti-cólera no Haiti. O surgimento dessa epidemia foi uma surpresa, considerando que o país não tinha antecedentes. E por isso foi fundamental o intercâmbio de experiência de países que foram infectados pelo vírus, e conseguiram eliminar a epidemia. Nesse sentido,

A implementação do Plano de Ação foi voltada para a promoção da saúde, e prevenção de outros eventos de saúde tais como o surto de cólera. Ele também irá abordar outros problemas sociais que exigem a participação de atores dos diversos setores (agências das Nações Unidas, ONGs, profissionais independentes, municípios, etc.). O setor privado e a sociedade civil são chamados a desempenhar um papel importante nas atividades identificadas no plano, bem como à nível do Ministério e DINEPA. Esta ação intersetorial irá gerar a sinergia necessária para melhorar a situação de saúde da população e assegurar a sustentabilidade dos padrões ambientais e sociais dos sistemas de saúde, abastecimento de água e saneamento concebidos ou construídos no âmbito do plano de ação.⁸⁷

O surto foi disseminado com rapidez no Haiti, principalmente pela falta de estrutura higiênica do local, a falta de acesso à água potável, além da falta de instalações adequadas para os excrementos das pessoas. "Em 15 de janeiro de 2013, 642.832 casos de cólera foram notificados no Haiti, dos quais 8.015 tinham morrido, para uma taxa de letalidade de 1,2%, que

⁸⁵ALBA-TCP, 2009. UNASUR. *Apud* = GOULART, Sueli e COSTA Rodrigo Prado da. International cooperation in Haiti: organization for what?. 2013. p. 79. Disponível em: <<http://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/135/261>>. Acesso: Mar. 2015.

⁸⁶UNASUR, 2008, p.1. *Apud* = ALBA-TCP *apud* = GOULART, Sueli e COSTA Rodrigo Prado da. International cooperation in Haiti: organization for what?. 2013. p. 82. Disponível em: <<http://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/135/261>>. Acesso em: Mar. 2015.

⁸⁷ La OPS/OMS llama a la comunidad internacional a dar financiamiento al nuevo plan de Haití para eliminar el cólera. Disponível em: <<http://www.paho.org/blogs/esp/?p=3799>>. Acesso em: Abr. 2015

representa a maior epidemia já registrada em um único país no mundo.”⁸⁸. A estrutura de serviços básicos de saúde no Haiti não conseguia atender a demanda local.

Com base nas inúmeras deficiências do país para acabar com o surto, o apoio da sociedade internacional foi fundamental. A CI no país possibilitou maiores chances de eliminar o vírus, assim como esforços internacionais de saúde pública, os investimentos maciços em infraestrutura, abastecimento de água e saneamento feitos para promover um pouco mais de qualidade higiênica à população.

O ano de 2013 marcou a coligação de 22 organizações multilaterais, bilaterais e não-governamentais para apoiar os esforços do governo em acabar com o surto até o ano de 2022. As agências e organizações se comprometeram a trabalhar conjuntamente com os membros da Coalizão para conseguir água e saneamento para todos. O “Plano do Haiti pede para levar o acesso à água potável até, pelo menos, 85% e o acesso a saneamento melhorado, pelo menos, 90% até 2022.”⁸⁹. As agências principais responsáveis pela luta anti-cólera do Haiti são o Ministério da Saúde e População (MSPP) e da Direção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento do Ministério das Obras Públicas (DINEPA).

Abaixo as organizações que se coligaram para alcançar o objetivo do Plano de Ação estabelecido⁹⁰:

- Associação de Médicos haitianos no Exterior (AMHE)
- Comunidade do Caribe (CARICOM)
- Associação Caribenha de Água e Águas Residuais (CWWA)
- Catholic Relief Services (CRS)
- Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC)
- Haitian Diaspora Federation (HDF)
- Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental (AIDIS)
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
- Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC)
- Millennium Water Alliance
- Organização Nacional para o Desenvolvimento Haitiano (NOAH)

⁸⁸ GOULART, Sueli e COSTA Rodrigo Prado da. International cooperation in Haiti: organization for what?. 2013. p 82. Disponível em: <<http://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/135/261>>. Acesso em: Mar. 2015.

⁸⁹ Regional Coalition for water and Sanitation to eliminate cholera Hispaniola. USAID and World Vision join coalition to eliminate cholera from Haiti and the Dominican Republic. 2014. Disponível em: <<http://www.paho.org/coleracoalicion/?p=557#more-557>>. Acesso em: Jun. 2015.

⁹⁰ Ibidem.

- Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) Brasil
- Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS)
- Parceiros na Saúde
- Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
- Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)
- Fundação Veolia
- WASH Advocates
- Banco Mundial
- Visão Mundial
- OPAS / OMS atua como Secretaria da Coligação

Esses atores têm desempenhado um papel fundamental para o fim da cólera. As intervenções mostram a capacidade que os Estados possuem quando compartilham seus interesses e ajustam suas políticas.

3.1 Cooperação Norte – Sul

A cooperação Norte-Sul é um sistema de ajuda dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento, ou seja, Estados com situação financeira melhor, têm por objetivo promover o desenvolvimento. Essa tendência começou a se intensificar na Guerra Fria e se fortaleceu ainda mais no período de descolonização da década de 60. O modelo de cooperação Norte-Sul, surgiu a partir do investimento das potências EUA e URSS aos seus aliados decadentes após a segunda grande guerra. Para Miguel Lengyel,

A intensificação da competição geopolítica Leste-Oeste entre os Estados Unidos e a União Soviética foi fundamental na mobilização recursos para a assistência de seus respectivos aliados, a partir dos esforços iniciais do Plano Marshall para reconstrução a Europa Ocidental em 1947 e do Plano Molotov para apoiar financeiramente os países socialistas. Em seguida, estes esforços foram intensificados com o passar da Guerra Fria e ganhou força final com a descolonização dos 60, tempo que eles estavam lançando as bases do modelo de cooperação Norte-Sul conhecemos hoje.⁹¹

O fim da ordem bipolar, e a inicialização dos processos de globalização e da democratização marcaram o processo da CID. Em geral, a distinção entre os doadores e

⁹¹ LENGYEL, Miguel, COMEJO, Valentín Thury y MALACALZAUAN, Bernabé. La eficacia de la ayuda al desarrollo en contextos de fragilidad estatal: Haití y la cooperación Latinoamericana. 2010. p.28. Disponível em: <http://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2014/07/Avance_Investigacion_34.pdf> Acesso em: abr. 2015

beneficiários na cooperação ficou mais claro na década de 90 quando convenções com os mais variados temas começaram a ser realizadas, como por exemplo, a defesa ao meio ambiente, o direito da mulher e os direitos humanos. Esses novos temas revelaram aspectos específicos que caracterizam os países do Norte, do Sul, os ocidentais e os orientais.

A cooperação Norte – Sul parte da ideia de países e organizações promoverem o desenvolvimento através de investimentos de recursos a países que sofrem com desastres naturais e emergenciais.

3.1.1 Cooperação Norte – Sul no Haiti contra o surto de cólera

Ao se iniciarem os primeiros casos do surto de cólera no Haiti, países de economia emergente como, Estados Unidos, Canadá, Espanha, França, Japão e Noruega já estavam no país, exercendo cooperações bilaterais e trilaterais. Na cooperação multilateral, as seguintes organizações foram mais atuantes: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID-Sp. Fund), o FMI (Concessionais Trust Funds), a Comissão Europeia e do Banco Mundial (IDA).⁹²

Os EUA marcam presença no Haiti muito antes do ano de 2010. O terremoto fortaleceu mais ainda, suas relações bilaterais com os haitianos. “[...] eles definiram áreas diferentes para o investimento de apoio: na infraestrutura e energia; segurança alimentar e econômica; governança, regras de direito e segurança; saúde e outros serviços básicos”⁹³. Os EUA tiveram que articular a sua presença com os esforços de outros atores da sociedade internacional.

Antes de 2010, os EUA apoiaram a prestação de “serviços básicos de saúde (como saúde e imunização materna e infantil, por exemplo) para cerca de 50% da população do Haiti”⁹⁴. Mesmo com a dominante presença das organizações norte americanas no território haitiano, o país doador espera que o governo do Haiti assuma a gestão plena do sistema de saúde, incluindo a redução de sua dependência de doações estrangeiras. O que é um grande desafio, já que há muito tempo o país não consegue ter essa independência, sempre necessitando de contribuições que atendam às necessidades básicas do seu povo.

⁹² GOULART, Sueli e COSTA Rodrigo Prado da. International cooperation in Haiti: organization for what?. 2013 p.83. Disponível em: < <http://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/135/261>>. Acesso em: Abr.2015

⁹³ HIRST, Mónica. Las políticas de Estados Unidos, Europa y América Latina en Haití: ¿convergencias, superposiciones u opciones diferenciadas?. 2011. p 228. Disponível em: < <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3622862>>. Acesso em: Abr. 2015.

⁹⁴ GOULART, Sueli e COSTA Rodrigo Prado da. International cooperation in Haiti: organization for what?. 2013 p.77. Disponível em: < <http://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/135/261>>. Acesso em abr: 2015.

O governo francês que por muito tempo ignorou a existência do Haiti, mais especificamente desde que o país se tornou independente, com a devastação causada pelo terremoto, esteve presente no país para cooperar com o que fosse necessário. Como afirma o seguinte trecho,

O site do Diplomatic Corp francês, ao listar as datas importantes da sua relação política com o Haiti registra o ano de 1838, quando os dois países assinaram um Tratado de Paz e Amizade; a assinatura de um Acordo Cultural, em 1945; um novo acordo de cooperação cultural, científica e técnica, em 1973; 1986, quando o acordo de 1973 era renovada; 2007, com a formulação do Estatuto da parceria entre os dois países, e 2010, com a visita do então presidente francês ao Haiti, o primeiro chefe de Estado estrangeiro a visitar o País, logo após o terremoto.⁹⁵

A relação entre a França e o Haiti possuem marcas profundas, um exemplo, foi o período de exploração e a maneira que a ex-colônia conquistou sua independência. O que fez da presença francesa no território haitiano um acontecimento relevante, como exposto no documento. De acordo com Sueli Goulart,

Das poucas horas de permanência do presidente Sarkozy no Haiti veio o compromisso de enviar 326 mil Euros em ajuda emergencial para o país. Desde então, vários projetos foram implementados no Haiti, principalmente por ONGs. Especificamente na área de saúde, o Ministério dos Negócios Estrangeiros apoia as intervenções da Cruz Vermelha Francesa em quatro centros de saúde, dois dos quais estão localizados em Porto Príncipe, mais precisamente em Cité Soleil, e dois em Petit-Goave.⁹⁶

Há contribuições de trabalhos realizados pela Cruz Vermelha Francesa, que apoia com sete unidades básicas de saúde na capital em Petit-Goave. Assim como os EUA, a França fez investimentos para a reconstrução e renovação das unidades de saúde, e para o tratamento da epidemia de cólera. Ainda de acordo Goulart,

Quanto ao financiamento, o relatório indica que, do total de 42,7 milhões de euros arrecadados até dezembro de 2012, cerca de 36 milhões foram usados durante os primeiros 36 meses após o terremoto. Em vista disso e a possibilidade de expandir o financiamento institucional, a organização continuará sua mobilização em relação à população afetada pelo terremoto até o final de 2014, particularmente em resposta à epidemia de cólera.⁹⁷

A presença dos doadores europeus visa a execução de projetos com uma cooperação descentralizada. A França realiza seus projetos no Haiti juntamente com diversos parceiros institucionais e operacionais, a Cruz Vermelha Francesa cita a União Europeia, UNICEF, Fundação Veolia, a Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho Sociedades, Empresários du Monde e Le Architectes de l'Urgence. Entre seus doadores

⁹⁵ FRANCE, 2011a *apud* = GOULART, Sueli e COSTA Rodrigo Prado da. International cooperation in Haiti: organization for what?. 2013 p77. Disponível em: <<http://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/135/261>>. Acesso em: Abr. 2015.

⁹⁶ GOULART, Sueli e COSTA Rodrigo Prado da. International cooperation in Haiti: organization for what?. 2013 p.77. Disponível em: <<http://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/135/261>>. Acesso em abr: 2015.

⁹⁷ *Ibidem*. p 78.

privados, cita, entre muitos outros: Accor, Air France, L'Oréal Foundation, Google, HSBC, Johnson & Johnson, Microsoft, Nestle, Mitsubishi, etc.⁹⁸

O Canadá também entrou na lista de principais doadores, sua participação é marcada em âmbito bilateral, ficou conhecido como o segundo maior doador pelo “aumento de sua ajuda continua, o que permitiu ultrapassar em 2008, o limite de 150 milhões de dólares, o que equivale a mais de 16% da ajuda total recebida pelo Haiti.”⁹⁹. Além dessa relação bilateral, o Canadá realiza projetos de cooperação trilateral nas áreas da saúde, Brasil-Canadá-Haiti, que tem como fim aprimorar o Programa Haitiano de Imunizações (saúde social).¹⁰⁰

A Noruega no primeiro momento investiu com capital para apoiar com os médicos cubanos que já atuavam no Haiti antes do terremoto, como cita Goulart,

Este apoio foi renovado e totaliza aproximadamente US \$ 2,5 milhões (CUBA e NORUEGA, 2012). Com planos de atribuição de até US \$ 135 milhões para ajuda humanitária ao Haiti em quatro anos, desde 2010, a Noruega propôs a promoção do diálogo político e de colaboração para tornar o país menos vulnerável a catástrofes naturais.¹⁰¹

A proposta na cooperação norueguesa com o Haiti, é tornar o país menos vulnerável, prevê o foco para a agricultura, reflorestamento e fontes de energia alternativas, assim como a proteção das mulheres e crianças. A secretária de Estado na época, “Ingrid Fiskaa considerou necessário alterar o modo de cooperação no Haiti”¹⁰², tendo em conta os poucos resultados de décadas de assistência a esse país. Assim,

Para ela, o baixo potencial econômico e de alta concentração de poder contribuiu para manter o empobrecimento das zonas rurais. A assistência norueguesa foi canalizada através de organizações multinacionais, ONGs, organizações da sociedade civil e dos acordos de cooperação triangular. Como um membro do Fundo de Reconstrução do Haiti, a Noruega direciona grande parte de seus recursos financeiros para o fundo de doadores, liderado pelo Banco Mundial. Para a atribuição do recursos e participação na tomada de decisão, a Noruega é considerada um dos parceiros mais importantes do Haiti, ao lado dos Estados Unidos, Canadá e Brasil.¹⁰³

No final de 2012, a Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD) cumpriu os seus compromissos em matéria de cooperação econômica para o Haiti,

⁹⁸ GOULART, Sueli e COSTA Rodrigo Prado da. International cooperation in Haiti: organization for what?. 2013.

⁹⁹ La cooperación de los Países Iberoamericanos con Haití. 2009. p 4. Disponível em: <http://segib.org/programas/files/2010/04/CSS_IB_Haiti_2009.pdf>. Acesso em: Mai. 2015.

¹⁰⁰ SEGIB *apud* La cooperación de los Países Iberoamericanos con Haití. 2009. p 6. Disponível em: <http://segib.org/programas/files/2010/04/CSS_IB_Haiti_2009.pdf>. Acesso em: Mai. 2015.

¹⁰¹ GOULART, Sueli e COSTA Rodrigo Prado da. International cooperation in Haiti: organization for what?. 2013. p 79. Disponível em: <<http://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/135/261>>. Acesso em: Abr. 2015.

¹⁰² Ibidem, p77.

¹⁰³ Noruega, 2010c. *Apud* = GOULART, Sueli e COSTA Rodrigo Prado da. International cooperation in Haiti: organization for what?. 2013 p 80. Disponível em: <<http://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/135/261>>. Acesso em: Abr. 2015.

depois de ter investido aproximadamente, “US\$ 140 milhões, dos quais cerca de US \$ 35 milhões”,¹⁰⁴ em ajuda humanitária.¹⁰⁵ A avaliação dos resultados também foi altamente positiva em áreas prioritárias, como na prevenção de desastres naturais, energia limpa e saúde.

Segundo a NORAD, a Noruega tem o foco claro de longo prazo, para o “fortalecimento da democracia e das instituições do Haiti, o reforço do diálogo entre os grupos políticos e a inclusão das mulheres na tomada de decisão a nível local e nacional.”¹⁰⁶ Entre os países da OCDE, a Noruega é uma presença importante nas ações de Cooperação Norte-Sul-Sul, como realiza com Cuba.

3.2 Cooperação Sul-sul

O sistema mundial está ainda mais aberto e complexo, com novas relações e atores. Com isso, o Haiti contou com a CNS e também com a Cooperação Sul-Sul (CSS). Essa definição surgiu da cooperação realizada entre os países em desenvolvimento. “A CSS foi precedida pela 18ª reunião realizada em 24 de abril de 1955 em Bandung, na Indonésia, a fim de promover a cooperação econômica e cultural afro-asiática, em oposição ao colonialismo e neocolonialismo das cidades e Estados.”¹⁰⁷

Assim como a CNS possui princípios que os regem, a CSS também possui, e estes estão baseados na Carta das Nações Unidas, de maneira que a cooperação exercida acontece respeitando a soberania estatal, sem movimentos de intimidação com violência e sem que o objetivo seja desviado para atender os interesses das grande potências.

Esses princípios foram firmados na 32ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas no ano de 1977, a partir dessa sessão foi gerada uma resolução com os objetivos da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) que são materializados em mecanismos para produzir nos países em desenvolvimento capacidade nacional e coletiva.

¹⁰⁴ HERNANDEZ, Maria Victoria Torres e GONZALEZ, Norberto Ramos. Análisis de la cooperación sur-sur en salud en Haití entre enero de 2010 y septiembre de 2012. 2013. Disponível em: <http://bvs.sld.cu/revistas/spi/vol03_1_12/spi072013.htm>. Acesso em: Mai. 2015.

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ GOULART, Sueli e COSTA Rodrigo Prado da. International cooperation in Haiti: organization for what?. 2013 p 80. Disponível em: <<http://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/135/261>>. Acesso em: Abr. 2015.

¹⁰⁷ HERNANDEZ, Maria Victoria Torres e GONZALEZ, Norberto Ramos. Análisis de la cooperación sur-sur en salud en Haití entre enero de 2010 y septiembre de 2012. 2013. Disponível em: <http://bvs.sld.cu/revistas/spi/vol03_1_12/spi072013.htm>. Acesso em: Mai. 2015.

Para efetivação desses objetivos, no ano seguinte, em 1978, foi aprovado o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) que tem como função promover e implementar o CTPD. Com cada um desses acontecimentos, a CSS foi efetivamente se tornando sólida para o mundo. Esse plano afirmou a fundação da CSS com seu funcionamento seguindo o viés técnico, na busca de alcançar benefícios mútuos.

A finalização do processo sistemático definiu a CSS como "a interação entre dois ou mais países em desenvolvimento que buscam seus objetivos de desenvolvimento individuais ou grupos através da troca de conhecimentos, habilidades, recursos e experiência."¹⁰⁸. E ganhou ramificações, como CSS em âmbito Horizontal e Triângular.

A CSS horizontal acontece entre dois países em desenvolvimento (Bilateral), e dois ou mais países em desenvolvimento regional, no contexto de integração ou de coordenação regional. No âmbito triângular, ela acontece entre dois ou mais países em desenvolvimento, sendo apoiado financeiramente por um doador do Norte, uma OI, ou até mesmo por outro parceiro em desenvolvimento.

3.2.1 Cooperação Sul- Sul no Haiti contra o surto de cólera

O Haiti contou com vários parceiros da CSS, os países em desenvolvimento a partir das suas experiências e práticas compartilhadas se mobilizaram para conter o surto de cólera no Haiti, através de ações com impactos sobre a sociedade, economia, saúde e sanamento.

Os resultados eficazes seriam alcançados com estratégias vindas de organizações e com investimento dos países no sistema de saúde, fortalecendo as bases epidemiológicas e promovendo um comportamento higiênico para a sociedade haitiana, esclarecendo o que fazer pra não ser contaminado, até que o país seja apto a atuar com sua própria equipe de saúde para respostas rápidas.

Como exemplo da cooperação em âmbito multilateral se enquandram a ALBA-TCP e a Unasul que apesar de terem presença recente, ajudaram muito o Haiti. No âmbito trilateral, a cooperação entre a Venezuela, Cuba e Haiti, foi realizada e efetivada com o investimento da

¹⁰⁸ HERNANDEZ, Maria Victoria Torres e GONZALEZ, Norberto Ramos. Análisis de la cooperación sur-sur en salud en Haití entre enero de 2010 y septiembre de 2012. 2013. Disponível: <http://bvs.sld.cu/revistas/spi/vol03_1_12/spi072013.htm>. Acesso em: Mai. 2015.

ALBA-TCP. A CT possui essa característica onde os países de renda média tem um papel fundamental na cooperação, eles fornecem recursos humanos, conhecimento, transferem tecnologia e capacitação. “Os dados recolhidos pelo Muhr (2012) mostram que entre 2007 e o início de 2010, a ALBA-TCP contribuiu com cerca de 154 milhões de dólares, administrados na cooperação entre o Haiti-Cuba-Venezuela.”¹⁰⁹. O investimento foi feito para aplicação em projetos específicos na área da saúde.

A Unasul contribuiu ao país conforme a necessidade, de maneira a atender suas prioridades. Na saúde,

[...] desde 2010, a Unasul incluiu o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), uma entidade intergovernamental pública, o principal objectivo é promover o intercâmbio, o pensamento crítico, a gestão do conhecimento e a geração de inovações no campo das políticas e governação na saúde. A fim de tornar disponível para as melhores práticas e melhorar a gestão da saúde para o Ministério da Saúde na América do Sul. O Isags também se dedica a desenvolver líderes em sistemas, serviços, organizações e programas na área da saúde, bem como apoio técnico às instituições do governo no mesmo sector.¹¹⁰

A parceria entre a Unasul e o governo do Haiti gerou projetos com focos na saúde, segurança alimentar, habitação, e reforço à estrutura do estado. A CSS no Haiti na área da saúde é eficaz, há vários projetos de países como Cuba, Argentina, Brasil, Venezuela e Equador. Cada país contribuiu para o fortalecimento das defesas sanitárias no Haiti, assim, como a estrutura governamental. A sociedade civil haitiana pôde atuar em várias ações comunitárias para acabar com a cólera.

Cuba é um dos países que esteve presente no Haiti antes mesmo dos casos de cólera e do terremoto que aconteceu em 2010. “Além de enviar profissionais de saúde para o Haiti, concedeu a oportunidade de muitos jovens haitianos treinar na Escola Latino-Americana de Medicina.”¹¹¹. A cooperação médica com o Haiti começou a partir de uma emergência causada

¹⁰⁹ MUHR, T. Bolivarian internationalism: the ALBA-PTA’s struggle to negotiate a evolutionary approach to humanitarian intervention and peacekeeping. Bristol (UK), 2012. [draft version]. Available at: http://www.embavenez-uk.org/alba/pdf/Muhr2012_Globalizations_ALBA%20Military.pdf. *apud*= GOULART, Sueli e COSTA Rodrigo Prado da. International cooperation in Haiti: organization for what?. 2013 p 81. Disponível em: <<http://rebelas.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/135/261>>. Acesso em: Abr. 2015.

¹¹⁰ ISAGS, 2011 *apud*= GOULART, Sueli e COSTA Rodrigo Prado da. International cooperation in Haiti: organization for what?. 2013, p 82-83. Disponível em:< <http://rebelas.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/135/261>>. Acesso em: abr. 2015.

¹¹¹ ELAM. KIRK e KIRK, 2010. *Apud*= GOULART, Sueli e COSTA Rodrigo Prado da. International cooperation in Haiti: organization for what?. 2013. p.84. Disponível em: <<http://rebelas.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/135/261>>. Acesso em: Abr. 2015.

por desastres naturais no ano de 1998, o objetivo era criar um sistema de atenção sanitária auto sustentável, além de preparar equipes médicas para emergências.

A cooperação médica solidária cubana está presente no Haiti desde a década de 90, e tem sido um diferencial na saúde em geral, e principalmente na luta contra o surto de cólera no país. Assim,

Foram tratadas mais de 18 milhões 254 mil 145 casos, o que representa quase o dobro do total da população do país, destacando a atenção no ano de 2010, quando as vítimas do terremoto foram atendidas, e desde o final desse ano e no primeiro semestre de 2011, em que foram atendidos pacientes infectados pela epidemia de cólera, momento em que o número de colaboradores cubanos na área de saúde aumentou significativamente com a inclusão na mesma, de membros do Contingente Internacional de Médicos Especializados em Situações de Desastres e Graves Epidemias "Henry Reeve".¹¹²

A presença de Cuba tem uma imagem que transmite lições sobre solidariedade para a sociedade internacional, já que a presença da Brigada Médica Cubana no Haiti atuou reconhecendo o governo haitiano, aumentando a capacidade nacional do sistema de saúde e permitindo ações mais amplas no atendimento aos pacientes. “O documento SEGIB (2010) mostrou Cuba como o segundo país em número de projetos no Haiti (22), oito dos quais existem na área da saúde e um em abastecimento de água e saneamento.”¹¹³. O país atua ainda mais em CT, com Noruega e o Brasil, aumentando sua atuação no apoio ao desenvolvimento do país.

O Haiti foi alvo de várias modalidades de cooperação para acabar com o surto de cólera, cada ator atuou de formas diferentes e com finalidades específicas para alcançar esse objetivo compartilhado. Houve atores que realizaram investimentos de recursos e ações imediatas com médicos, medicamentos e vacinas. Organizações atuaram para melhorar a qualidade da água e do saneamento, assim como, foram desenvolvidas ações na área do reflorestamento para melhorar as condições naturais do país.

¹¹² HERNANDEZ, Maria Victoria Torres e GONZALEZ, Norberto Ramos. Análisis de la cooperación sur-sur en salud en Haití entre enero de 2010 y septiembre de 2012. 2013. Disponível em: <http://bvs.sld.cu/revistas/spi/vol03_1_12/spi072013.htm>. Acesso em: Mai. 2015.

¹¹³ GOULART, Sueli e COSTA Rodrigo Prado da. International cooperation in Haiti: organization for what?. 2013 p. 84. Disponível em: <<http://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/135/261>>. Acesso em: Abr. 2015.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve o objetivo de mostrar a epidemia como temática na Cooperação Internacional, levando em conta fatores específicos que contribuem para a disseminação de um vírus, como o aumento da população, a migração, falta de estrutura dos sistemas de saúde para conter uma doença, entre outros fatores. Com base nas experiências obtidas, fica claro que quando há degradação ao meio natural as epidemias estão sujeitas a surgir, e os governos interessados em proteger sua população, se mobilizam para apoiar os esforços contra a difusão de um vírus epidêmico.

A proposta do estudo ao conceituar a CI aplica um aspecto aparentemente mais ético nas RI. Mesmo que a efetividade da CI esteja na natural busca dos Estados pelo auto-interesse. Ao utilizar a definição de CI dada por Keohane, vê-se que os Estados, de fato, se relacionam para alcançar resultados mutuamente benéficos, e nesse contexto pode-se considerar a luta contra um surto epidêmico.

Com base nessa realidade, gradativamente regimes específicos são implantados na área epidemiológica, se tornando mais um instrumento para os Estados cooperarem. Conclui-se que, a cooperação nessa área se solidificou a partir do interesse dos Estados em ajustarem suas políticas para alcançar resultados comuns. Um exemplo disso, é a instituição do RSI que contribui para não haver uma contaminação geral, cobrando os Estados para que fortaleçam seus sistemas de saúde.

É possível analisar a relação direta entre o desequilíbrio do meio natural com o surgimento de um surto epidêmico, de forma que quando há uma retirada excessiva de elementos da natureza diferentes doenças podem surgir. Assim como quando o surto de cólera emergiu em Londres, apresentado no primeiro capítulo, causado pelo crescimento industrial, populacional e a falta de saneamento básico.

Se algo assim assustou a sociedade da época, quando o surto eclodiu no Haiti em 2010 não foi diferente, ainda mais pelo alto nível de migração, dos anos 2000, o que leva um surto a se espalhar com mais velocidade. Como de fato aconteceu, assim que o vírus de cólera se espalhou no Haiti países próximos como República Dominicana, Cuba e México chegaram a ser infectados.

Como o país tinha um sistema de saúde insuficiente para atender sua população, foi palco de uma intensa intervenção internacional. A condição do Haiti de Estado Falido, aparenta que todos apoiam por impulsos humanitários, mas, por mais que pareça, os Estados buscaram conter o vírus principalmente para se proteger.

O Haiti foi palco de diversas modalidades de cooperação para acabar com o surto de cólera, e também para promover o seu desenvolvimento. Os investimentos foram para a ajuda imediata e para reforçar as defesas do país no saneamento e em seus sistemas de saúde.

Como exemplo de ações efetivas da CNS no Haiti, podem ser citadas: o investimento na infraestrutura, energia, segurança alimentar, econômica, governança, regras de direito e segurança e prestação serviços de saúde básicos (como saúde e imunização materna e infantil). Realizaram também, investimentos para a reconstrução e renovação das unidades de saúde, além de ações a fim de tornar o país menos vulnerável, prevendo o foco para a agricultura, reflorestamento e fontes de energia alternativas, assim como para a proteção das mulheres e crianças. A avaliação dos resultados também foi altamente positiva em áreas prioritárias, como na prevenção de desastres naturais e energia limpa.

Houve projetos para o fortalecimento da democracia e das instituições do Haiti, o reforço no diálogo entre os grupos políticos e a inclusão das mulheres na tomada de decisão a nível local e nacional.

Dentre as ações na CSS estão: o estabelecimento de estratégias vindas de organizações e países voltadas para o sistema de saúde, para fortalecer as bases epidemiológicas e a promoção de práticas higiênicas para a sociedade haitiana. O ISAGS atuou para promover o intercâmbio, o pensamento crítico, a gestão do conhecimento e a geração de inovações no campo das políticas e governação da saúde, além de se dedicar a desenvolver líderes em sistemas, serviços, organizações e programas na área da saúde, bem como apoio técnico às instituições do governo no mesmo setor.

Houve o envio de profissionais da saúde, com o objetivo de criar um sistema de atenção sanitária auto sustentável, além de preparar as equipes médicas para emergências. A presença da Brigada Médica Cubana no Haiti que atuou reconhecendo o governo haitiano muito antes da confirmação do surto de cólera, aumentando a capacidade nacional do sistema de saúde e permitindo ações mais amplas no atendimento aos pacientes.

As ações definidas foram estabelecidas para obtenção de resultados também a longo prazo. Os projetos direcionados pelo governo haitiano e as coligações com as organizações, citadas no capítulo três, foram benéficas em especial pelos investimentos em recursos. Os esforços já apresentam resultados positivos, apesar de ainda serem necessários para que a cólera seja totalmente erradicada do país como apresenta a informação da OPAS,

Três anos e meio depois do início de uma epidemia de cólera que já matou mais de 8.500 vidas, o Haiti tem feito progressos significativos na redução da propagação da doença. No entanto, o controle e, eventualmente, eliminação da cólera exigirá grandes melhorias na infra-estrutura de água e saneamento, disse representantes da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e suas organizações parceiras na Coalizão Regional de Água e Saneamento para a Eliminação da Cólera na ilha Hispaniola.¹¹⁴

O caso do Haiti motivou de forma diferente os doadores. Muitos atores foram movidos pelo aspecto ético e moral, e o país foi alvo de inúmeras contribuições, mas tantas intervenções humanitárias cooperativas acabam causando uma dependência financeira e material das agências por parte de seus doadores, dessa forma dificultando sua independência.

No cenário proposto pôde ser observado como a experiência da Cooperação Internacional foi um instrumento da política externa de vários países, tanto para os de economias emergentes, quanto para aqueles em desenvolvimento. Os resultados esperados pelas CNS e CSS para o controle do surto de cólera no Haiti já são perceptíveis, como citado anteriormente, mas muitos ainda serão concebidos em longo prazo.

A pesquisa realizada demonstrou que o sistema mundial pode caminhar de forma coordenada e as interações promovem efetivamente o desenvolvimento havendo uma articulação baseada nas necessidades nacionais dos países, quando elencadas de forma emergencial. O tema é enriquecedor para a compreensão da atual dinâmica das RI que se mobilizaram para uma temática de cunho mais humano. Fica claro como é preciso cuidar do meio natural, pois este influencia na sobrevivência e bem-estar do ser humano.

¹¹⁴ Regional Coalition for water and Sanitation to eliminate cholera Hispaniola. Water and sanitation improvements remain key to defeating cholera in Haiti and the Dominican Republic. 2014. Disponível em: <<http://www.paho.org/coleracoalicion/?p=627#more-627>>. Acesso em: Jun. 2015.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Camila. Epidemias, Humanização e Tratamento médico. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/34295/epidemias-humanizacao-e-tratamento-medico>>. Acesso em: Mar. 2015.
- BAHAMONDE Harvez C, STUARDO Ávila V. La epidemia de cólera en América Latina: reemergencia y morbimortalidad. 2013;33(1):40–6. 2013.
- CRUZ, Carlos Alberto dos Santos. Haiti: interferências externas e deformações na política interna. *Política Externa*. Vol. 19 n° 1 jun/jul/ago. 2010.
- CZERESNIA, D. Constituição epidêmica: velho e novo nas teorias e práticas da epidemiologia. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VIII(2): 341-56, jul.-ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: Jun. 2015.
- GOMES, Carolina B. CASTRO, Larissa de P. Gonzaga e. O Novo Regulamento Sanitário Internacional. *RDisan*, São Paulo v. 13, n. 2. Jul/Out 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/viewFile/56233/59445>>. Acesso em: mar.2015.
- GONZALO, Miguel, Mínguez. The new international health regulations 2005 (IHR). *Revista Española de Salud Pública*. Madrid, v.81, n.3. maio/jun. 2007.
- GORENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. *Estudos Avançados* (50). 2004.
- GOULART, Sueli e COSTA Rodrigo Prado da. International cooperation in Haiti: organization for what?. 2013. Disponível em: <<http://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/135/261>>. Acesso em: Mar. 2015.
- HERNANDEZ, Maria Victoria Torres e GONZALEZ, Norberto Ramos. Análisis de la cooperación sur-sur en salud en Haití entre enero de 2010 y septiembre de 2012. 2013. Disponível em: <http://bvs.sld.cu/revistas/spi/vol03_1_12/spi072013.htm>. Acesso em: Mai. 2015.
- HIRST, Mónica. Las políticas de Estados Unidos, Europa y América Latina en Haití: ¿convergencias, superposiciones u opciones diferenciadas?. 2011. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3622862>>. Acesso em: Abr. 2015.
- HISAMOTO, Bruno Heilton Toledo. A “Estatização” do trabalho humanitário no pós-guerra fria: O “Novo Humanitarismo” e o dilema da cooperação entre humanitários e Estados. Mestrando do Instituto de Relações Internacionais/Universidade de São Paulo (IRI/USP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). 2011. Disponível em: <[file:///C:/Users/teste/Downloads/Coop%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/teste/Downloads/Coop%20(1).pdf)>. Acesso em: Jun. 2015.
- IBGE. PAÍSES, HAITI Descrição. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php>. Acesso em: Out. 2014

KATZ, Rebecca. Use of Revised International Health Regulations during Influenza A (H1N1) Epidemic. *Emerging Infectious Diseases*, Atlanta GA, v 15, n.8, ago. 2009.

La OPS/OMS llama a la comunidad internacional a dar financiamiento al nuevo plan de Haití para eliminar el cólera. Disponível em: <<http://www.paho.org/blogs/esp/?p=3799>>. Acesso em: Abr. 2015

LENGYEL, Miguel Lengyel, COMEJO, Valentín Thury y MALACALZAUAN, Bernabé. La eficacia de la ayuda al desarrollo en contextos de fragilidad estatal: Haití y la cooperación Latinoamericana. 2010. Disponível em: <http://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2014/07/Avance_Investigacion_34.pdf> Acesso em: abr. 2015

MGONJA; MAKOMBE - Debating IR and its relevance to the third world. *African Journal of Political Science and International Relations* Vol. 3(1). 2009.

NOGUEIRA, Patricia Maria. O conceito de diplomacia parlamentar e seu exercício na Câmara dos Deputados durante a 53ª Legislatura (2007-2010). 2011. Disponível em : <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/edulegislativa/educacao-legislativa-1/posgraduacao/publicacoes/banco-de-projetos/cursos-ip-pl-4a-edicao/projetos-alunos-curso-pl-4a-edicao/PROJETO_TCC_PATRICIA_NOGUEIRA_PL4.pdf>. Acesso em: Jun. 2015.

NYE, Joseph S. Junior. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. Editora Gente. 2009.

PAULO, Sebastian. International cooperation and development: A conceptual overview. Discussion Paper/ Deutsches Institut für Entwicklungspolitik. Disponível em: <http://www.die-gdi.de/uploads/media/DP_Paulo_13.2014.pdf>. Acesso em Jun. 2015. p. 3.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de Desenvolvimento Humano 2014 Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. Disponível em:<<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>>. Acesso em: Nov.2014.

RAMOS, Bárbara Oliveira. A cooperação internacional e os debates teóricos: Um estudo de caso sobre a atuação da Agência Norte-Americana para desenvolvimento internacional (USAID) no Brasil. 2006. Disponível em: <<file:///C:/Users/teste/Documents/Dissert%20de%20Mestrado%20Final.pdf>> . Acesso em: Jun. 2015.

Regional Coalition for water and Sanitation to eliminate cholera Hispaniola. \$29.1 million pledged to support cholera elimination in Haiti and the Dominican Republic. Disponível em: <<http://www.paho.org/coleracoalicion/?p=398#more-398>>. Acesso em: Jun. 2015.

Regional Coalition for water and Sanitation to eliminate cholera Hispaniola. USAID and World Vision join coalition to eliminate cholera from Haiti and the Dominican Republic. 2014. Disponível em: <<http://www.paho.org/coleracoalicion/?p=557#more-557>>. Acesso em Jun. 2015.

REGIS, André. *Intervenções humanitárias: o problema da cooperação internacional*. 2007. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/dih/regis_intervencoes_humanitarias.pdf>. Acesso em: Jun. 2015.

SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira. Haiti: Fenomenologia de uma barbárie. Coleção: Etnicidade, Região e Nação. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6752/4054>> Acesso em: Nov. 2014.

SEITENFUS, Ricardo. Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea. 2006. Disponível em: <[http://www.seitenfus.com.br/arquivos/elementos-diplomacia\(1\).pdf](http://www.seitenfus.com.br/arquivos/elementos-diplomacia(1).pdf)>. Acesso em: Nov. 2014.

SETH, Sanjay. Postcolonial Theory and the Critique of International Relations. Millennium - Journal of International Studies. 2011.

SOUZA, Leisa Cardoso de Souza. ESTADOS FALIDOS: conceitos e uma análise comparativa do termo na pós-graduação no Brasil. 2010. Disponível em <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/3412/3/20666997.pdf>>. Acesso em: Fev. 2015.

YANNIS, Alexandros. State Collapse and its Implications for Peace-Building and Reconstruction. 2002.

YOO, John. Failed-states. 2005.